



# Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Adalberto Daros e David Cheriegate.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanisso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escor-sin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elízio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpeli-ni, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Walderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Do Sr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira, encaminhando a este Poder, a proposição apresentada pela Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras do Sul, e que mereceu aprova-ção unânime das delegações presentes à XXVIII Reunião Ple-nária da Federação das Associações Comerciais do Paraná. Outrossim, solicita a atenção para o problema nela tratado, re-ferente às indenizações a serem pagas pela ELETROSUL aos proprietários de imóveis rurais desapropriados para a constru-ção da Usina Elétrica de Salto Santiago. — Ao Conhecimento da Casa.

Do Sr. Alcides Benassi, Presidente da Câmara Municipal de Bituruna, encaminhando cópia de requerimento aprovado por aquela Câmara, em sessão de 11 próximo passado, de autoria do Vereador Lauro Agustini, solicitando a constituição de uma Comissão Especial para examinar todas as desapropria-ções realizadas pela COPEL na área destinada ao reservatório da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. — Ao conhecimento da Casa

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata nos trabalhos de hoje, de um voto de profun-do pesar pelo falecimento, no dia de ontem, em Brasília, do Ge-neral JOSÉ MARIA DE ANDRADA SERPA, que ocupava o cargo de Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

(E M F A). Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dado ciência aos familiares, residentes em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) JOÃO MANSUR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo faleci-mento do Sr. General JOSÉ MARIA DE ANDRADA SERPA, Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ocorrido em 03 de maio de 1979, na cidade de Brasília.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à famí-lia enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expe-diente ao Superintendente do IPE, solicitando um Escritório de Atendimento do IPE em Corbélia -PR.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, prende-se ao fato de a cidade de Corbélia possuir centenas de funcionários estaduais, os quais, sócios deste órgão social e previdenciário, não usufruem dos direitos e benefícios a que fazem jus, e que, ao lado de seus dependentes acreditamos ultrapassam a mais de 1.000 pessoas a serem bene-ficiadas.

Não usufruem por fatores diversos, como a distância até outras localidades, e dificuldades ao serem atendidos, por exces-so de pacientes e de outros interessados a procurarem por esta repartição.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, expediente solicitando melhora-mentos e revestimentos primários da BR-163 - trecho Medianeira - Capanema, passando nos Distritos de Flor da Serra, Jardim-nópolis e Porto Lupon.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que atualmente esta rodovia não apresenta condições ideais de tráfego, e provi-dências urgentes precisam ser tomadas, no sentido de revestir a citada rodovia, em virtude dela constituir-se na principal ligação do Município de Medianeira - Capanema, passando por Flor da Serra, Jardimópolis e Porto Lupon, além de atender uma vasta região agrícola.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-ções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Diretoria Geral do Ministério da

Agricultura do Paraná, dirigindo veemente apelo no sentido de ser levada a efeito fiscalização especial em abatedouros situados em regiões de pecuária intensiva, com vistas a evitar o abate de matrizes.

Este pedido se fundamenta em informações obtidas por lideranças rurais, dentre os quais eminentes vereadores de Altônia, preocupados com a possível escassez da carne em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

Referido expediente tem por finalidade solicitar de Sua Excelência as providências que se fizerem necessárias para que seja programada a ampliação da Escola Dr. Lineu Madureira Novaes, localizada na cidade de Castro.

Trata-se de uma obra que vem sendo solicitada desde 1976 dada a necessidade de poder a escola, dar um melhor atendimento aos alunos que a freqüentam.

Referida escola conta atualmente com 8 salas de aula, tendo matriculados 980 alunos, funcionando com as turmas de 1ª a 4ª séries em dois períodos, e as turmas de 5ª à 8ª série em três períodos, além de manter ainda, uma turma do pré-escolar.

Além de suas dependências, utiliza-se a escola de duas salas pertencentes à Prefeitura Municipal de Castro, e que se localizam nas proximidades da mesma.

Localizada no mais populoso bairro do município, a escola já não tem condições de atender inúmeros alunos que a procuram, dada a inexistência de salas de aula.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 77/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE ODONTOLOGIA, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) RENATO BERNARDI

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O Sr. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para comunicar à Casa, e fazer ciente a imprensa que assessora os trabalhos deste Poder, que, em comunicação telefônica, o Deputado Maurício Fruet, há poucos instantes, ligando de Brasília, comunicava-me aquele Parlamentar que neste último fim de semana esteve em São Paulo, onde encontrou-se com o Sr. Luiz Inácio da Silva, o Lula, grande e incontestável líder sindical, que, em conversa com o Deputado Fruet, ficou estabelecido que nos próximos 60 a 90 dias no máximo, aquele homem carismático visitaria o Paraná, mais precisamente a cidade de Paranaguá, onde encontrar-se-ia com as lideranças sindicais da nossa cidade, para que, numa aproximação objetiva entre as lideranças políticas e sindicais, pudessem fazer com que houvesse um conduto permanente em defesa dos vários

interesses da sociedade brasileira.

Portanto, era essa a comunicação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tínhamos a fazer, e temos certeza que a cidade de Paranaguá, que receberá este notável líder que, nos últimos meses consagrou-se perante a opinião pública, pela forma como tem se conduzido à frente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Temos certeza que Paranaguá vai recebê-lo de braços abertos, num diálogo muito importante que vai, por certo, ocorrer entre as nossas lideranças sindicais e aquele ilustre homem, acompanhado do Deputado Federal, Maurício Fruet.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos deslocamos ainda ontem à noite, de Maringá para Curitiba, com a finalidade de, na condição de Presidente da Comissão Permanente desta Casa, de Ecologia e Meio Ambiente, participar da reunião da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Secretaria do Interior, reunião esta programada para se dar início oficial à Semana do Meio Ambiente, principalmente porque, amanhã, Sr. Presidente, será o Dia Internacional dedicado ao Meio Ambiente.

Ocorre que a finalidade fundamental, desta reunião, era a apresentação do planejamento da Secretaria do Interior aos Srs. Parlamentares, aos Srs. Vereadores da Região Metropolitana.

Entretanto, por razões que fogem da nossa maneira de analisar, estivemos presentes, este Presidente da Comissão de Ecologia, o Deputado Ezequias Losso e o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, ao lado da presença do Presidente da Câmara Municipal e de alguns Vereadores desta cidade.

Sr. Presidente, amanhã será o Dia Mundial do Meio Ambiente, e dentro do Estado do Paraná, estabelece-se o Dia da Queixa. Ocorre que nós, observamos o nosso Estado, tendo sofrido a maior depredação que se pode encarar em termos de meio ambiente.

Vejam Vossas Excelências que, por minuto, o Paraná está recebendo a importância de vinte toneladas de solo, solo fértil, riqueza que não pertence ao proprietário agrícola, riqueza que não pertence ao Governo do Estado, riqueza esta que pertence ao povo do Paraná, não apenas a esta geração, assume com a História, e por assumir este compromisso com a História, esta geração também tem uma fundamental obrigação com as gerações futuras e, conseqüentemente, com a preservação do nosso meio ambiente.

Ora, nós sabemos que se decantou durante tanto e tanto tempo, a condição do Paraná ser o celeiro do Brasil e ser o celeiro do mundo. Mas, Sr. Presidente, numa situação em que vinte toneladas por minuto, de solo fértil, são projetadas na Bacia do Rio Paraná, no momento em que as reservas florestais do Paraná caem a apenas 5,6 por cento, eu entendo, Sr. Presidente, que é a hora de assumirmos a nossa responsabilidade perante a História.

É a hora desta Casa, através de suas Comissões Técnicas e também, principalmente, através da posição pessoal de cada Deputado, diante do fato da representação que legitima seu mandato, cada Deputado deve assumir a sua dose de responsabilidade.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, o conservacionismo, a preservação dos recursos naturais de uma região, devem ser, acima de tudo, fruto efeito da cultura de um povo e fruto da consciência política deste mesmo povo.

Entendendo que o individualismo absurdo em que durante tantos e tantos anos nos detiveram, seja na atividade política, seja na atividade econômica, seja na atividade social, não pode mais perdurar e, conseqüentemente, devemos nos manter num

estado e num estágio de plena e total solidariedade ao gênero humano, que deverá usufruir no dia de hoje, mas deverá também, Sr. Presidente, usufruir para as próximas gerações, daqueles recursos naturais que nós pudermos preservar no dia de hoje.

Para isto, Sr. Presidente, é preciso uma tomada de consciência de cada Parlamentar, com assento nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos apenas, em adendo ao pronunciamento do nobre Deputado Renato Bernardi, dar seqüência aqui ao que se chama defesa do meio ambiente.

Na verdade, tem início hoje, uma série de comemorações visando exaltar esta Semana do Meio Ambiente. E, neste clima de proteção ambiental, a SUREHMA, preocupada em meio a tantos problemas, resolveu fazer uma campanha popular instituindo o "Dia da Queixa".

A finalidade é ascultar as reclamações e denúncias do povo do Paraná, para proteger nosso meio ambiente.

Toda a iniciativa que vise consultar o povo, merece a nossa atenção e nosso aplauso. Porém, e sempre existe um porém, nos colocamos em posição de alerta para exercer um firme papel de fiscalização, pois cada denúncia, cada colaboração voluntária, deverá, por certo, ter uma resposta e uma ação da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Estamos cansados de constatar, neste País, inúmeras receitas e teses que são arquivadas, trilhando um caminho sem solução. E, como em culinária, quando a receita não dá certo, começa-se tudo de novo, pretendemos realmente acompanhar o andamento da campanha que está nascendo, pois 600 mil formulários deverão retornar à SUREHMA, merecendo especial atenção daquele órgão.

Naturalmente deverão aparecer inúmeras queixas, desde o controle dos decibéis no freio dos ônibus, passando pelo forte odor provocado por diversas indústrias instaladas no centro de várias cidades paranaenses, culminando com as mais diversas maneiras de poluição.

Ficamos a imaginar a situação do favelado, desprotegido, que não terá condições de conseguir um formulário de queixa. Talvez viesse dele a maior reclamação contra a poluição: "A POLUIÇÃO DA MISÉRIA".

Lembrando trechos do livro "Preserve o que é de todos", da CNBB, citamos uma colocação muito perfeita que frisa: "A ausência das mínimas condições básicas para um digno teor de vida identifica-se com a poluição da miséria".

A alimentação condiciona a vida do homem. Sem alimentar-se convenientemente, ele não pode adaptar-se ao meio ambiente que acaba por tornar-se hostil.

A grande maioria dos homens padece de fome. Infelizmente, a fome está em primeiro lugar, pois dos 60 milhões de mortos anuais, 30 e 40 milhões sucumbidos o são por desnutrição.

Para uma vida normal, é necessário um total de 2.700 calorias. Abaixo de 2.000 calorias, o homem vive uma vida anormal, sujeito a toda sorte de doenças. Por isso, pior do que qualquer outro tipo de poluição, a miséria é fator agravante de nossos dias.

Nas favelas, que aumentam a cada dia, encontramos verdadeiras concentrações de casebres erguidos, em terrenos geralmente de propriedade de terceiros, sem arruamento, ambiente doentio, de tal forma emaranhados que, na maioria dos casos, não oferecem condições mínimas de vida. Lá estão a promiscuidade, enfermidade, falta de higiene, desorganização familiar, mortalidade infantil e a criminalidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente,

nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Merece registro nos Anais deste Poder, o trabalho desenvolvido pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel, em prol do desenvolvimento daquela cidade, tanto mais que aquela entidade acaba de renovar sua diretoria.

A Associação - ACIC - que até há poucos dias era presidida pelo Sr. Olívio Barzoto, desenvolveu ingente trabalho pela implantação do Parque Industrial de Cascavel. Esta idéia tinha em mira a consolidação da economia que necessita ultrapassar a fase da economia primária, para caminhar à implantação da agro-indústria e indústria propriamente dita.

A diretoria que deixa a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, deu os seus primeiros passos de maneira segura, e baseada em sólida realidade, o que certamente tornará a idéia brevemente concretizada.

Além do trabalho da implantação do Parque Industrial, a Associação batalhou e continua a fazê-lo, com vistas à implantação da Ferrovia da Soja. É neste sentido que a Associação soma seus esforços com autoridades locais, com lideranças de todos os segmentos da sociedade e com os representantes nesta Assembléia, para que Cascavel, além do grande centro produtor agrícola seja igualmente um centro industrial, além de outros setores como Educação e Saúde.

A nova direção, cujo Presidente, Oli Sarolli, promete seguir a linha traçada pela entidade, certamente verá coroados seus esforços na obtenção destes dois pontos fundamentais. Assume exatamente no instante em que o Governo do Estado volta sua atenção para a agro-indústria e toma todas as providências para que sejam criadas oportunidades de emprego às novas gerações. Esta intenção da implantação de indústrias em nossa cidade de Cascavel, vem de encontro de uma das metas prioritárias do Estado.

Ao registrarmos este acontecimento ocorrido no final desta semana, fazê-lo com a certeza de que os trabalhos para alcançar a Ferrovia da Soja e implantar a Cidade Industrial tornar-se-ão realidade, pois existe a vontade férrea de lutar por elas.

Esta certeza advém do fato de que não haverá solução de continuidade. É o mesmo espírito que norteia a nova diretoria que norteou a administração passada. É a mesma vontade de somar, é a mesma diretriz de prosseguir na luta pelas boas causas. É o mesmo ideal que nutre o Governo do Estado, em criar oportunidades para os 230 mil empregos anuais que apontam ao mercado de trabalho.

Ao registrarmos este evento, congratulamo-nos com o espírito que alimenta os dirigentes da Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como já informou à Casa o nobre Deputado Renato Bernardi, hoje pela manhã Sua Excelência e este Deputado que ocupa a tribuna, juntamente com o Presidente desta Casa, se fizeram presentes no auditório da SUREHMA, onde uma Assembléia formada por diversas personalidades do meio social do nosso Estado, participou de duas importantes exposições referentes a trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, ou de planos a serem brevemente instalados por aquele importante órgão da Secretaria do Interior do Estado do Paraná.

As notas esclarecedoras permitiram que a nossa consciência fosse ainda mais preparada no tocante a uma melhor atuação, no sentido de dotar as futuras gerações às condições essenciais de vida.

Na oportunidade, o Sr. Secretário do Interior, Dr. Renato Johnson, informou ao Plenário sobre as diversas medidas que

estão para serem adotadas. Dentre as mesmas, a que nos chamou especialmente a atenção, foi a de ser proporcionado financiamento maior àqueles proprietários rurais que respeitarem as normas do Código Florestal Brasileiro, que incluem a manutenção de florestas ciliares, para garantir a permanência das condições de uso da água para o consumo humano e para atendimento às necessidades industriais.

É uma medida efetiva e de grande alcance para o desenvolvimento do Estado do Paraná de forma ordenada, sem prejudicar o meio ambiente.

Outrossim, informou Sua Excelência que a SUREHMA está tomando as devidas providências para, em convênio com o DER, plantar em áreas sob o domínio deste órgão público, tantas árvores quantas forem necessárias, para proporcionar condições para que as estradas sejam, devidamente mantidas, combatendo-se a erosão de uma forma natural.

E nesta mesma linha, informou o Sr. Secretário do Interior, que está havendo um estímulo de que se adotem fertilizantes orgânicos, evitando os fertilizantes químicos, para que assim, não haja uma incidência maior ainda no desequilíbrio ecológico.

Nesta oportunidade, quero apresentar as minhas congratulações a esta nova política que a Secretaria do Interior está desenvolvendo, na certeza de que o futuro dirá do acerto da mesma.

E, em rápidas palavras, Sr. Presidente, quero ainda manifestar o reconhecimento do povo de Guaraqueçaba, ao dinâmico Governador Ney Braga, pela inauguração ocorrida na última sexta-feira, sob sua liderança, do sistema de transmissão de energia elétrica, a partir da Usina Parigot de Souza, dando condições para que o progresso se desenvolva naquela importante comuna do nosso Estado.

Muito obrigado. -- (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Cortes) Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste final de semana nós tivemos uma renovada demonstração das vantagens que traz à sociedade o pleno exercício democrático.

No sábado, o Departamento Estudantil do meu Partido, a ARENA, reunido na sede do Diretório regional, promoveu um amplo debate sobre o momento político-brasileiro e, como convidado deste Departamento, este Parlamentar compareceu àquela reunião, com a felicidade extrema de poder constatar, já a participação de jovens, na vida política, a conscientização levada às universidades de que é participando que o estudante brasileiro pode oferecer a sua contribuição.

E, por mais de três horas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, universitários de todos os cursos de Curitiba, convidados pela Direção do Departamento Estudantil da Arena, discutiram conosco no mais absoluto plano de igualdade, a problemática nacional do momento.

Se estivemos com alunos no sábado, com jovens, ontem este pleno exercício democrático nos deu a oportunidade de um debate amplo com o magistério paranaense, com 300 professores que estiveram presentes à assembleia da associação dos Professores do Estado do Paraná.

Fomos lá, democraticamente, atendendo a um convite da Presidência da Associação dos Professores do Estado do Paraná, e não fomos com a intenção de marcar presença política, num encontro de tamanha importância. Estivemos lá, para responder a um impulso interior nosso que se manifesta pelo interesse que temos pela causa educacional.

Permito-me, aqui relembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, tão logo já considerado eleito Deputado Estadual, entrevistado por uma das emissoras de televisão do nosso

Estado, disse eu que dentro do meu programa de trabalho, pretendia dar prioridade à educação.

À educação no seu espírito mais intrínseco, à educação no seu sentido mais elevado. Não a educação pura e simplesmente com o caráter de complementariedade; à educação recebida pelos nossos jovens no recesso de seus lares. E logo após esta declaração, ainda no ano passado, recebemos um convite do Presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná, Professor Izaías Ogliari. Fomos à sede da Associação. Nos comprometemos com os professores paranaenses, que faríamos o maior empenho possível, para que de nossa atuação parlamentar pudessem resultar vantagens, benefícios, conquistas para o magistério paranaense e tão logo apresentamos ao lado do Deputado Augusto Carneiro, um modelo ao Governador do Estado, para absorção dos suplementaristas e serventes, em quadros especiais, por uma questão de cortesia até, comunicamos à Presidência da Associação dos Professores do Paraná e recebemos um convite que muito nos honrou, para que estivéssemos presentes à sessão de ontem, que contou também, para honra nossa, com a presença do eminente Deputado José Tavares e das 9,00 horas da manhã às 15,00 horas da tarde foi debatida incessantemente a questão de interesse dos suplementaristas paranaenses e depois de uma breve interrupção, a assembleia dos professores do nosso Estado, se prolongou até às 20,00 horas.

E antes de entrar em outras considerações, antes de abordar outros aspectos da Assembleia realizada ontem, eu me permito ler para conhecimento da Casa, o Ofício de n.º 177/79, datado de hoje e assinado pelos Presidentes da A.P.P. e da T.L.P., cujo conteúdo é o seguinte. Leio, Senhor Presidente:

"Senhor Deputado. Tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, para informar o que segue:

1 -- A A.P.P. e a T.L.P. estiveram reunidas em assembleia geral extraordinária, no dia de ontem, 3 de junho.

2 -- Entre os temas constantes da pauta do dia e debatidos na referida assembleia, foram motivo de intensos debates. O concurso amplo para ingresso ao magistério, de quinta a oitava séries e segundo grau, a sugestão apresentada por Vossa Excelência ao Governador sobre uma solução para os professores suplementaristas.

3 -- Cabe-nos esclarecer que a assembleia por inquestionável unanimidade de votos, tomou as seguintes decisões:

a) -- confiantes na promessa de Sua Excelência o Sr. Secretário de Educação, entenderam o concurso para ingresso ao Magistério Público Estadual, amplo e irreversível, com realização improrrogável no mês de julho próximo, independente de qualquer outra medida que se possa tomar em favor do professorado;

b) -- apoiar integralmente a sugestão apresentada por Vossa Excelência ao Governo do Estado, através da Assembleia Legislativa Estadual, desde que a mesma não interfira nem conflite no concurso referido no item anterior;

c) -- Solicitar a Vossa Excelência que envie todos os esforços possíveis na hipótese da sugestão ser transformada em mensagem à Assembleia, para que a mesma seja aprovada e, ao mesmo tempo, acompanhe a sua regulamentação, objetivando uma situação que realmente beneficie a numerosa e sofrida classe de professores do Paraná, evidentemente, melhorando suas condições econômicas e estabilidade, que a mesma regulamentação tenha sempre os pareceres das assembleias das duas entidades de classe.

Na oportunidade, queremos reiterar os nossos agradecimentos pela sua efetiva preocupação com o angustiante problema dos suplementaristas e serventes do Quadro PS, do Estado, bem como, agradecer a sua presença em nossa assembleia, de forma democrática, disponível para o diálogo e sensível aos nossos problemas.

Assinam este ofício, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Professor

Isaías Ogliari, e o Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, Professor Dino Zanbenedetti.

Dizíamos nós, ainda, na sexta-feira, em pronunciamento feito desta tribuna, que todas as questões sociais devem ser colocadas acima de posicionamentos político-partidários. E a assembléia que nós vivemos, ontem, na Associação dos Professores do Paraná, é uma demonstração cabal e indiscutível da segurança com que fizemos esta assertiva. Estávamos lá, Parlamentares de ambos os partidos, professores de ambos os partidos, dando relevância a um assunto que interessa à sociedade, no todo, porque quando o professor reivindica, pede, e sugere, ele está fazendo, não uma defesa individualista do seu interesse, mas, a defesa do próprio interesse comunitário. Por isso precisamos renovar a crença, a fé e a esperança na destinação histórica que está reservada ao magistério paranaense. Precisamos renovar a fé e a esperança nas autoridades constituídas deste Estado que já têm demonstrado uma profunda sensibilidade para o problema social do professorado paranaense. E trago, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a impressão que recolhi da assembléia democrática, fraterna, amiga, séria e responsável que realizou, ontem, a Associação dos Professores do nosso Estado, com toda a imparcialidade, isenção de ânimo e com a maior tranqüilidade, unanimemente reconheceram os professores paranaenses o empenho que realiza o Governo do Estado para atender as sugestões; as mais diversas situações, as mais diferentes que interessam ao magistério paranaense.

Devo, aqui, também, dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na ocasião, como representante do Secretário de Educação, esteve presente a professora Ivete Cardoso de Almeida, Chefe do Grupo de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, que esclareceu, prontamente, que não houve nenhum esboço para a postergação do concurso de ingresso reivindicado pelos professores e que deve ser realizado no próximo mês de julho. Como também de minha parte e falando em nome do Deputado Augusto Carneiro da mesma forma, dissemos aos professores do Paraná que esta nossa sugestão apresentada ao Governador Ney Braga, em nenhum instante, teve a mais remota intenção de eliminar a realização do concurso para o mês de julho. Tivemos sim, a preocupação fundamental de garantir direito mínimo ao professor suplementarista, hoje, quase classificado como um marginal dentro do magistério paranaense, pela falta, pela ausência de qualquer direito e que, na verdade, não é compatível com o nível de educação que nós queremos e temos o direito de exigir até, para nossa juventude.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte, com satisfação, ao nobre Deputado Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quero esclarecer a Vossa Excelência, que tenho também em mãos ofício do mesmo teor que Vossa Excelência acabou de efetuar a leitura da tribuna, enviado pela Associação dos Professores do Paraná, destacando e agradecendo a presença do Deputado José Tavares, que compareceu representando a nossa bancada, naquela assembléia geral.

Dizer especificamente de que a proposição apresentada por Vossa Excelência contou efetivamente com o nosso apoio, porquanto entendemos, como entenderam os professores de que o concurso do magistério é a única forma eficiente para se conseguir a triagem necessária ao aprimoramento dos quadros do magistério do Paraná.

Vossa Excelência, ainda há pouco fez a ressalva de que em momento algum não houve intenção de burlar-se o concurso. E pelo ofício que tenho em mãos vejo realmente, inclusive pelo grifo, que tem no ofício, de que os professores consideram o concurso como bem dizem, amplo e irreversível. Porque na verdade, se não fosse feita a seleção de pessoal que vai lidar com a educação através de um concurso público, amplo, não haveria ao Estado outra maneira mais efetiva e eficiente de con-

seguir um selecionamento aprimorado, ou seja em outras palavras, pautar pela melhora da qualidade do ensino.

Portanto, saiba Vossa Excelência de que ao contar com o nosso voto favorável à proposição enviada por Vossa Excelência, estará a nossa bancada, também que compareceu como eu disse, representada pelo Deputado José Tavares, aprovando aqui nesta Assembléia se a Mensagem do Governo vier no sentido de se aproveitar o pessoal do magistério que for aprovado ou nas condições legais que forem necessárias para a realização desse concurso.

Congratulo-me com Vossa Excelência, que tomou a posição de debater publicamente o assunto, porquanto, embora se tivesse como certo a realização desse concurso, nunca é demais e é uma das tarefas deste Poder, estar vigilante permanentemente, em defesa das justas causas, que quer o problema social, ou econômico demandem.

Portanto, terá Vossa Excelência o apoio de nossa bancada nesta empreitada de tornar irreversível o concurso, este concurso para o mês de julho. Mesmo porque não é só pensamento nosso, mas como Vossa Excelência que esteve presente naquela assembléia pode notar é uma reivindicação e me parece um direito da classe do magistério.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado

Nilso Sguarezi e devo esclarecer a Sua Excelência e à Casa de que além de defendermos o concurso de ingresso, nos preocupamos fundamentalmente com a situação a que seriam colocados os professores suplementaristas circunstancialmente não aprovados neste concurso.

Daí porque a sugestão para a criação do quadro especial, absorvendo conseqüentemente o professorado suplementar do Estado do Paraná, sem que a eliminação pelo concurso, gere o desemprego, inquietação e insatisfação social. Sensível a este problema, na conjuntura sócio-econômica que vive o Brasil nos dias de hoje, entendemos como prioritário que se assegure ao professor suplementarista pelo menos, a cobertura do Estatuto dos Servidores do Estado do Paraná, e se possível, pela habilitação através de concurso público, a cobertura de todos os princípios legais, consagrados no Estatuto do Magistério.

Agradeço o apoio que Vossa Excelência dá a esta nossa proposição, ao mesmo tempo, em que renovo a minha convicção de que realmente em questões desta ordem, não podemos estabelecer diferenças, separações e limitações, na atuação parlamentar dos políticos presentes nesta Casa.

Tem o aparte o Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Obrigado.

Deputado Airton Cordeiro, não sei onde eu poderia buscar alguma palavra que se enquadrasse a esta sua atitude, a este seu movimento, mas de qualquer maneira, nós pediríamos desculpas por interrompê-lo em tão brilhante pronunciamento, porque Vossa Excelência aborda um problema que, realmente, a Assembléia Legislativa agora com o apoio do eminente Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, diz bem da validade deste movimento encetado por Vossa Excelência.

Mas, Deputado Airton Cordeiro, regressei esta noite do interior do Estado do Paraná, onde tive a oportunidade de conversar, de dialogar com inúmeras professoras e professores principalmente, suplementaristas.

Trago este problema a Vossa Excelência que é o Deputado que está empenhado, que está tratando cuidadosamente do assunto e tenho certeza que levará a bom término, que será bem sucedido, mesmo porque é sobejamente sabido da vossa capacidade e do empenho, quando se abraça a uma causa justa como é esta do professor suplementarista do Estado do Paraná.

Mas, Deputado Airton Cordeiro, dizia-me ontem, algumas professoras do Município de Mamborê, quando de uma reunião que fizemos para colher alguma coisa de útil e palpável, com referência a esta sua luta e a este seu trabalho.

Então, nós notamos Deputado Airton Cordeiro, a preocupação, e a pergunta foi esta: "E se nós não passarmos no concurso, o que será feito de nós?", e eu usei seu nome, Deputado Airton Cordeiro, e provarei isso, se for preciso.

Digo, vocês confiem no Deputado que está empenhado na vossa causa. ele tem competência e é por demais sábio para também atender a este problema, para que vocês não fiquem ou não continuem marginalizados junto ao Magistério Público do Estado do Paraná.

Então, é um problema, Deputado Airton Cordeiro, que eu fazia questão, e justamente Vossa Excelência me deu oportunidade, e está abordando o assunto da tribuna, para que essas professoras ou professores, não fiquem, quando da realização do concurso ou que seja em julho, agosto ou setembro, não interessa a data, para que eles não fiquem marginalizados se não forem aprovados neste concurso.

Quero também, Deputado Airton Cordeiro, só não posso afirmar a Vossa Excelência com toda a convicção, mas posso lhe dizer que o ex-Secretário, Dr. Gastão Abreu Pires, já tinha alguma coisa colhida, quase que meio caminho andado, na montagem deste concurso. Digo-lhe isto porque me foi dito pessoalmente, que depois do concurso realizado, do professor primário, ele iria, imediatamente, fazer o concurso do professor suplementarista.

Acontece que, todos nós sabemos, não houve espaço físico, porque ele teve que deixar a sua pasta em virtude do término do mandato do Governador Jayme Canet Júnior, mas se Vossa Excelência tiver condições, mesmo telefonicamente, manter um contato com o ex-Secretário, ele poderá melhor lhe dizer e informar; Vossa Excelência poderá usar o meu nome e dizer que eu lhe informei, que ele teria já alguma coisa com referência a este concurso, que ele pretendia realizar antes de deixar sua Pasta.

Mas Deputado Airton Cordeiro, não quero tomar mais o vosso tempo, porque o seu pronunciamento é por demais digno de nossa atenção, porém quero congratular-me com Vossa Excelência e dizer que conte conosco, com este Deputado; peço a Vossa Excelência também que não perca o ânimo, que continue nesta luta, continue fazendo reuniões com os professores, como Vossa Excelência acabou de mencionar a assembleia de ontem, se for preciso a minha presença, mesmo para somar, irei com Vossa Excelência, mas quero que o ilustre Deputado continue nesta luta que abraçou, até o final. Tenho certeza que ela será coroada de todo o êxito, não tenho dúvidas, porque conheço Vossa Excelência, o seu dinamismo, a sua inteligência e até o seu arrojo nestas horas.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Jurandir Messias, as referências elogiosas de Vossa Excelência e agradeço também a manifestação de apoio a esta sugestão encaminhada ao Governador do Estado.

Vossa Excelência traz bem o exemplo da professorinha lá do interior, daquela professora que, às vezes, completamente ausente por circunstâncias muito especiais, no processo de informação, fica sem saber o que se passa ao seu redor e no seu âmbito profissional. E o exemplo trazido por Vossa Excelência é, sem dúvida alguma, o espelho de inúmeras situações que ocorrem neste Paraná inteiro. É esta a aflição do professorado paranaense. Ela já dura, praticamente, dez anos; porque há dez anos o professor do Paraná está reivindicando a realização do concurso de ingresso para a carreira do magistério.

Tenho certeza de que o Governador Ney Braga, como ex-Governador, como ex-Ministro da Educação, como Governador de hoje, amante declarado da causa da educação, não há de permitir, com todo o apoio dos Secretários das áreas da Educação e dos Recursos Humanos, que, se burle mais uma vez a boa fé, a fim de que se atenda, finalmente, uma legítima aspiração do professorado paranaense.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quando nós defendemos a realização do concurso, que deve ser amplo, é porque no curso desses últimos anos, cometeram-se algumas injustiças gritantes, com a legislação que foi adotada pela Secretaria da Educação.

Tenho um caso concreto, que eu quero trazer à Casa, para registrar o que foi, em termos da educação do Paraná, em termos qualitativos, o desastre do Decreto 1495.

Quero deixar aqui o currículo de um professor de Pato Branco, que não obteve aulas agora em 79, exclusivamente, porque, na eventualidade de uma doença do seu pai teve de se deslocar para o Rio Grande do Sul e ficou um ano sem dar aulas.

Posteriormente, ao voltar, ele não conseguiu se enquadrar na disposição do Decreto 1495, que dizia que o tempo de aula, como suplementarista, deveria ser ininterrupto; então ele não conseguiu se enquadrar. Mas eu quero ler o currículo deste professor, para ver o que em termos qualitativos, o que o Estado perdeu em educação.

"Ele concluiu a Escola Normal Colegial em 1942; possui licenciatura plena, desde 1947, em letras Anglo-Germânica pela PUC do Rio Grande do Sul; tem curso de especialização nos Estados Unidos, no ano de 1962, na Universidade de Georgetown, considerada a mais avançada universidade americana em lingüística.

É autor de um Manual de Inglês, de três volumes, confeccionado junto com especialistas americanos em lingüística, primeiro livro texto editado no Brasil, com pronúncia representada por símbolos fonéticos (IPA - Internacional Phonetical Alphabet).

Lecionou ininterruptamente desde 1943, percorrendo como regente de classe, todas as séries de primeiro e segundo grau.

É Professor Catedrático de uma Faculdade de Filosofia, com parecer favorável do Conselho Federal de Educação, para a criação do Curso de Inglês. É professor de diversos cursos de aperfeiçoamento no Instituto Cultural Brasileiro-Norte Americano de Porto Alegre.

Professor no mesmo estabelecimento de 69 a 79. Interrompendo só em 76, devido a doença muito grave de seus pais no Rio Grande do Sul; soma nove anos de atividade na escola, sete ininterruptos e dois depois do Decreto 1495.

É professor suplementarista, no Estado do Paraná, desde 1971, excetuando 76, num total de sete anos. Em 69 e 70, substituiu a outros professores, num período que soma dez meses.

É licenciado mais antigo de toda 49.<sup>a</sup> Inspeção — 32 anos de magistério. Em 71 não pôde fazer o concurso, porque passara da idade limite por três (03) meses, e não teve sua documentação aceita por este motivo.

Ministrou aulas particulares de inglês e também dois cursos de composição portuguesa, oficializados pela SEC do Paraná, a quase totalidade dos professores que agora lhe tiram as aulas. Aos mesmos prestou ajuda na preparação dos vestibulares, e os amparou em todos os anos de faculdade.

Foi secretário da escola gratuitamente. Nomeado oficialmente, apesar da atualização constante e do papelório nos Recursos Humanos.

Possui registro de Diretor de Escola, pelo MEC, um dos dois registros únicos existentes em toda a 49.<sup>a</sup> Inspeção.

É perdeu todas as aulas. Todas mesmo, por força de uma única palavra: "ininterrupta" que o Decreto 1495/76, passou a exigir após 1976."

Então veja Vossa Excelência há outros detalhes aqui complementares, do "currículum vitae", que tem trinta e dois anos de magistério, fala fluentemente o inglês, é autor de livro em inglês, para o magistério e perdeu as suas aulas, porque quando se realizou o concurso em 71, havia passado três meses da idade



limite. Então veja Vossa Excelência de que na realidade este concurso tem que ser amplo, porque não se pode, em absoluto, num caso desses, que o concurso seja restrito. Esse cidadão, só no Paraná, como ele bem diz: sete anos ininterruptos, depois mais dois; nove anos como professor suplementarista.

Então, acho que na realidade, quando a Associação dos Professores, quer um concurso amplo, como eles bem dizem, é para que haja possibilidade, desses casos, como esse, professor, para que seja reparada essa injustiça.

Porque na verdade, conheço de fato este caso. Tenho aqui em mãos; anotei isto aqui, porque sabia que haveria uma oportunidade nesta Assembléia, de que se registrasse esse caso. Hoje surgiu e eu peço e agradeço a Vossa Excelência que aceita inclusive este longo aparte, para que eu pudesse registrar este caso. Porque há uma injustiça gritante contra esse professor. Realmente um dos melhores professores; um dos professores excepcionais; um homem que tem a vocação para o magistério; que realmente se dedicou a vida inteira para o magistério. E por isso, Deputado Airton Cordeiro, acredito que só um concurso amplo e que não se fixe limites de idade, para casos como este, em que é um profissional do magistério.

Só um concurso desses há possibilidade de restaurar de se fazer, na realidade uma revisão de casos, que infelizmente o 1495 cometeu injustiças violentas. Por isso, acredito que esta Casa, pela sugestão de Vossa Excelência deve fixar uma posição. De que o concurso do magistério seja amplo e que não haja, qualquer restrição, porque nós estaríamos com um concurso restrito, persistindo em erros que lamentavelmente afetam a qualidade do ensino. Cerceando a possibilidade de um homem como este, que conta atualmente com 55 anos de idade e acredito esteja na idade excelente, que é a idade da experiência da vida: um homem ainda jovem, com uma longa experiência, totalmente dedicada ao magistério; que um homem como este esteja impossibilitado de prestar o concurso. Por isso, acredito e rogo a Vossa Excelência que ao defendermos o concurso do magistério, seja o mais amplo possível, para que ele não venha cercear também e impedir, que gente como esta, verdadeiros profissionais do magistério, sejam impedidos de dar a sua colaboração ao nosso ensino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

Entretanto, consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se o nobre Deputado que se encontra na tribuna pode fazer uso do seu horário. — (Pausa).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A Liderança está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e Vossa Excelência tem mais quinze minutos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, bem como à Liderança do meu Partido.

Deputado Nilso Sguarezi, o exemplo que Vossa Excelência traz a esta Casa, realmente configura uma das distorções, uma das anomalias já constatadas no passado.

Quero lembrar a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados, desta Assembléia, que nos preocupa, particularmente, neste concurso que se preconiza, a situação do professor suplementarista. Inclusive até onde for possível, incluir pela ação política, os critérios de avaliação de um concurso de provas e títulos, devem também levar em conta o tempo de serviço prestado pelo professor suplementarista. Que hoje está descoberto; que hoje é um professor que está ao relento, realmente; que arcou com todos os ônus e que fez todos os sacrifícios para não deixar milhares de jovens paranaenses sem aulas.

Este professor que, ainda agora, como consequência

do concurso de promoção, ficou sem uma aula; e que drama social viveu este professor, que tinha na sua receita orçamentária mensal a previsão de aulas suplementares e que, repentinamente e abruptamente, ficou sem meios de obter esta remuneração pela prestação de um serviço da maior importância social.

Logo, queremos reiterar o que afirmamos ontem na Assembléia da Associação dos Professores do Paraná, que todos os esforços faremos, realmente, para que seja um tratamento não igualitário do professor suplementarista com os inscritos não suplementaristas, num concurso previsível para o mês de julho.

Não significa um tratamento diferente a concessão do poder público ao Professor Suplementarista, mas, significa, sim, com toda justiça, o reconhecimento, a homenagem, o prêmio, àquele que, sem nenhuma estabilidade trabalhou por este Paraná, durante tantos anos, e que não pode, realmente ser colocado diante de uma nova incerteza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agrada-me profundamente ter tomado conhecimento através da imprensa, das manifestações favoráveis dos Secretários; de Recursos Humanos e da Educação, e é bom que se diga para se fazer justiça, com dignidade que têm buscado um enquadramento perfeito às diretrizes já estabelecidas pelo Governador Ney Braga.

E é chegado realmente o instante de nós vivermos esta atmosfera...

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... da compreensão receptiva, de entendimento; de nós vivermos a hora do coração aberto, receptivo aos problemas sociais que angustiam e que fazem sofrer a população não do Paraná, mas de todo o mundo.

E tenho também a convicção de que este caminho, no Paraná, particularmente, está aberto, com horizontes amplos, com um futuro claro, límpido, com um futuro que é alvissareiro, que é encorajador, e que há de nos estimular para continuarmos nessa nossa linha de atuação.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me perdoe por voltar a interromper o vosso pronunciamento. Mas, ouvi o aparte, com toda atenção, do Deputado Nilso Sguarezi, e me preocupei, eu digo a Vossa Excelência, porque fui informado pessoalmente pelo mesmo, que o professor Irmão Arnaldo, cujo currículo não se pode contestar, não pode colocar qualquer reparo, é um dos melhores que se tem conhecimento dentro do magistério.

Mas, ocorre, Sr. Deputado, que este Irmão Arnaldo foi preterido nas suas aulas, por um outro professor suplementarista. Não quero nem de leve, Deputado Airton Cordeiro, transparecer da competência ou incompetência do professor que hoje ocupa o lugar ou as aulas do professor Arnaldo.

Mas, me parece que ainda nós temos na Secretaria de Educação e Cultura, um Secretário que já demonstrou, sobejamente, da sua intenção de colocar os pingos nos "is", de dar a César o que é de César, dar ao professor o que lhe é devido, por direito e já que o Professor Arnaldo foi preterido também por um suplementarista, ele que tem um currículo invejável, não custaria, nobre Deputado Airton Cordeiro, que Vossa Excelência ou que o próprio Líder de nossa bancada, através de um telefonema, o Sr. Secretário de Educação tomasse conhecimento dos fatos. Para que, em parte, pelo menos, se pudesse corrigir esta grande perda do Magistério do Paraná.

Acho que a causa é nobre e justa e não podemos, nós Parlamentares, ficar omissos quando são cometidas injustiças como essa.

Então, fico aqui, nobre Deputado, como último aparte, este pedido a Vossa Excelência: para que se situe, junto à Secretaria, para ver se é corrigido ou se repara, em parte pelo menos, essa injustiça cometida contra o Professor Arnaldo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Solicito ao nobre Deputado

Jurandir Messias e ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, que nos encaminhem, por gentileza, os dados referidos em plenário. E prometemos, realmente, nos engajar neste processo para restauração de um direito, com a humildade de nosso comportamento, mas com a tenacidade da nossa vontade de ajudar.

**O Sr. João Mansur** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Airton Cordeiro, esta Casa já está acostumada a assistir e ouvir o eminente Deputado ocupando a tribuna deste Poder Legislativo, tratando dos mais diversos assuntos de interesse público, da administração pública do Paraná.

Mas, hoje, nobre Deputado, Vossa Excelência se engrandece perante este Poder. Porque Vossa Excelência encampa uma luta das mais justas, porque vem desfaldar a bandeira dos injustiçados, desta classe marginalizada do processo político e administrativo do Paraná que são os suplementaristas.

E Vossa Excelência situou bem quando disse dos anos de lutas, de sacrifícios, dos milhares e milhares de irmãos nossos que receberam os ensinamentos pelas mãos desses mesmos suplementaristas. E, agora mesmo, em razão do último concurso, acabaram muitos deles perdendo aquilo que representavam o sustento seu e de sua família, que eram as aulas que ministravam nos mais diversos colégios do Estado do Paraná.

De outro modo que, quando Vossa Excelência encampa essa luta, nós que temos, pela classe do magistério o maior respeito, porque tanto se fala na erradicação do analfabetismo no Brasil, tanto se fala na proteção ao professor porque a grandeza e o poderio de uma Nação se mede pela cultura dos seus filhos, então não é possível que uma classe dessas seja marginalizada, e que, chefes de família, nós temos conhecimento pleno, vivam quase que a mendigar por este Estado, a fim de solucionar problemas domésticos.

De modo que, nobre Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência, um dos mais jovens Deputados que integram este Poder Legislativo, pela sua atuação, pela sua permanência na tribuna e agora nesta tarde, das mais felizes, quando Vossa Excelência encampa a luta do suplementarista, Vossa Excelência adquire o respeito desta Casa, e por isto contará por certo, tenho a certeza, com o apoio de todos os Deputados que integram o Poder Legislativo do Paraná, para que Vossa Excelência prossiga levando a todas as autoridades responsáveis e especialmente ao Governador Ney Braga, de quem sabemos e conhecemos a sua sensibilidade humana e temos certeza de que ele encontrará a solução para dar a eles nada mais do que eles pedem, que é trabalho, que é a oportunidade de continuar ajudando e ensinando os nossos filhos.

Prossiga, nobre Deputado Airton Cordeiro, e conte conosco, que hipotecamos toda a nossa solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência e à luta e conte com o nosso apoio incondicional para que possamos, todos nós, dar e fazer justiça aos injustiçados que são os suplementaristas do Estado do Paraná.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Agradeço, nobre Deputado João Mansur, pela sua manifestação de sensibilidade, de apreço e de apoio ao professorado paranaense.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se entendo saudável o exercício democrático por mim vivido no último fim de semana, entendo que esta é a grande hora de não darmos as costas para o futuro, só enxergando o passado.

Abramos também as nossas mentes, para entender que o futuro depende da nossa atuação presente!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último fim de semana, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, 56 Deputados Federais do MDB,

35 Deputados Estaduais de todo o Brasil e aproximadamente 150 líderes sindicais, líderes operários e intelectuais estiveram reunidos no que se denominou I Encontro de São Bernardo.

Reunião de caráter eminentemente político, para apreciar e estudar a situação política nacional.

Estão aí os comentários, de uma reformulação política inclusive com a extinção do MDB e ARENA. Os homens que fazem oposição no parlamento, que fazem oposição nos sindicatos, que fazem oposição nas universidades, que fazem oposição em todas as categorias e em todas as manifestações da sociedade brasileira numa verdadeira federação de oposições, reuniram-se em São Bernardo do Campo e, deste encontro, entenderam de que, na eventualidade de, mais uma vez, se usar do expediente da maioria para se conseguir medidas casuísticas, as oposições no Brasil estarão unidas, para a continuidade da luta que abraçaram e que decidiram levar, sem tréguas, até que se extermine o arbítrio, até que o Governo se torne democrático e até que se conquiste o verdadeiro estado de direito nesta Nação.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputados do MDB, líderes sindicais, líderes operários, intelectuais estudando e debatendo por dois dias os problemas, chegaram à conclusão de que existem grandes afinidades entre a luta do operário dentro do seu sindicato, do religioso dentro da sua Igreja, do trabalhador dentro da sua fábrica, do intelectual dentro da sua universidade, do Parlamentar do MDB, dentro do Poder Legislativo e esta unidade de luta deverá ser fixada aproximadamente não apenas na formação de estudos para concretizar a viabilidade de um grande e amplo partido popular, que possa ser o MDB, com a entrada maciça desses intelectuais, desses trabalhadores, ou possa também ser um P.T., o partido dos trabalhadores, com uma expressiva participação então do MDB.

Os estudos foram iniciados, uma comissão provisória foi composta para que novos encontros, para que estudos detalhados e metódicos se realizem, para que este encontro de São Bernardo, passe realmente a ser um marco divisório na história política desta Nação, quando lideranças realmente autênticas decidiram pela formação de um partido autêntico, de um partido que tenha uma ideologia, de um partido que esteja assentado realmente em bases populares.

Por isso, Senhor Presidente, quero deixar transcrito aqui nos Anais desta Casa, como está sendo feito hoje em todo o Brasil, como será feito em todos os sindicatos em que pertencem aqueles líderes sindicais, como estará sendo lido em todas as universidades brasileiras, a que pertencem aqueles intelectuais, como estará sendo em todos os diretórios estudantis em que os estudantes que lá participaram, compareceram e assumiram o compromisso de levar de norte a sul do Brasil, esta disposição histórica de marcar a cidade de São Bernardo do Campo, realmente a capital da luta, do trabalho, das classes oprimidas desta Nação, para que o primeiro e segundo dia de junho de 1979, seja transcrito nos Anais políticos desta Nação, como a data em que nasceu um partido de legítima base trabalhista, um partido de legítima base popular, pois não interessa nome.

Se o Governo pretende casuisticamente exterminar com o MDB, ressurgirá este partido revitalizado, composto, formado e baseado na grande classe do trabalho, na grande massa trabalhista, que é indiscutivelmente a maioria e que vem sendo a classe oprimida desta Nação.

Mas ficou como nota para ser transcrito, como nota deste encontro, a seguinte, Senhor Presidente: (Lê).

“Os Deputados, líderes operários, intelectuais e demais políticos reunidos em São Bernardo do Campo, nos dias 2 e 3 de junho, considerando que é fundamental buscar pontos de união entre os setores mais combativos das oposições brasileiras e resguardando a autonomia recíproca organizativa, de



pensamento e de posições políticas, resolvem:

1 -- Manifestar-se a favor da liberdade partidária, no seu sentido verdadeiro, que supõe o direito de livre associação e expressão de pensamento de todas as categorias sociais sem discriminação de qualquer natureza.

2 -- Repudiar tanto o bipartidarismo quanto o pluripartidarismo impostos. Todavia, resolvem condenar as tentativas de extinção do MDB, por ato de força governamental, qualquer que seja o pretexto utilizado para esse fim, desde a prorrogação inaceitável de mandatos até a coonestação formada pelo Congresso de leis arbitrárias.

3 -- Reiterar a necessidade da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, autônoma e que expresse a vontade popular, precedida de anistia ampla e irrestrita e de plena liberdade de expressão e organização.

4 -- Manifestar a disposição de buscar formas políticas que permitam a unidade na ação entre as lideranças operárias, a oposição popular no Parlamento e os demais setores de oposição da sociedade, de forma a permitir que o interesse popular prevaleça na transformação da sociedade brasileira.

5 -- Com este propósito, e entendendo que é necessário assegurar a unidade de luta das oposições populares para obter avanços genuinamente democráticos, os participantes do encontro de São Bernardo manifestaram sua intenção de continuar consultando-se bem como aos demais setores da oposição brasileira, aqui e do exílio, sobre a melhor forma de lutarem unidos, tanto hoje como no futuro, respeitando as autonomias recíprocas.

Um primeiro passo nesta direção foi a resolução de criar uma comissão de trabalho composta por parlamentares, intelectuais e líderes operários para promover encontros periódicos, tanto nacionais quanto regionais."

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas me situar, estou ouvindo, com atenção, a sua explanação em defesa da Pátria e da Bandeira, queríamos, apenas fazer uma indagação a Vossa Excelência sobre a ausência dos Senadores Franco Montoro e Quêrcia, os Senadores mais votados do Brail, do MDB e que parece não estiveram nesse movimento em defesa da democracia. Não seria, assim, apenas, para ilustrar nossa orientação bitolada para que soubéssemos o porquê da ausência, ou então, talvez, os jornais por mero esquecimento deixaram de citar esses dois homens públicos que toda vida defenderam, também, a democracia no Brasil. Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Primeiramente, não concordo que Vossa Excelência seja tão severo com Vossa Excelência mesmo, ao se bitolar. Eminente Deputado, não concordo com a severidade como Vossa Excelência se congnomina.

Em segundo lugar, Deputado Gabriel Manoel, não é desconhecido de Vossa Excelência de que na área governamental se reúnem participantes da Situação, em conversas, em encontros para formação de novos partidos. E, evidentemente, de que esses encontros e essas confabulações são para formação de partidos que tenham afinidade ideológica. A ausência de Senadores, do MDB, ha uma razão específica — não compareceu nenhum Senador do MDB, o que não pode Vossa Excelência, a priori, dizer que não haja nenhum Senador do MDB, afinado com a linha ideológica dos participantes desse encontro. O que aconteceu foi uma questão de tática para que, primeiro, se iniciasse, realmente, por quem está em contato permanente com as bases que são, efetivamente, os Deputados. Não compareceram Vereadores, a esse encontro, Deputado Gabriel Manoel, o que vale dizer, então, que é, primeiramente, um contato a nível de Deputados porque é o grosso da tropa, vamos dizer, assim, de que vai formar um novo partido. Os Senadores têm uma representação restrita, principalmente, do MDB e para a formação de um novo partido, há necessidade de contar com um determi-

nado número de Deputados. Daí a presença, apenas, dos Deputados e de um representante de cada Estado de Deputados Estaduais. Por isso está explicado a Vossa Excelência porque não compareceram os dois Senadores de São Paulo — Franco Montoro e Orestes Quêrcia, como não compareceram Líderes autênticos do MDB, como Pedro Simon, Saturnino Braga Paulo Brossard que restrição alguma de nível ideológica se possa fazer. Por isso, Srs. Deputados, acredito de que este encontro de São Bernardo, é um componente novo na política brasileira que foi feito com uma intenção pré-determinada, para que se mostrasse realmente o quadro político hoje da Nação. Se o Governo tentar extinguir com o MDB, o MDB que defende o pluripartidarismo, que não é contra a formação de novos partidos, mas que é contra a sua auto-extinção.

Houve época, Srs. Deputados, e todo o mundo sabe nesta Nação, em que o próprio MDB queria a sua auto-extinção. Mas hoje, entendem as oposições de que realmente o único conduto das expressões populares, o único conduto legítimo da oposição brasileira, de todas as oposições brasileiras é o MDB.

Por isso entendem estas oposições que hoje o pluripartidarismo como pretende ser montado, também não passa de casuísmo. Porque será um pluripartidarismo dirigido. Está aí um P.T.B. de Ivette Vargas, dirigido pelo grupo palaciano que tem na figura do General Golbery o seu principal articulador. Por isso hoje o pluripartidarismo não passa também de ser um novo casuísmo, com uma outra roupagem. O MDB é favorável e esta nota aqui retrata, que somos favoráveis ao pluripartidarismo. Que se criem novas agremiações, mas aquele que cresceu do sofrimento, aquele que cresceu na luta e que foi o MDB, que se retemperou nestes quinze anos de oposição, hoje entende de que força alguma pode fazer, a não ser que seja casuística, pode fazer com que ele seja extinto pelo Congresso por uma lei. Porque a lei pode criar direitos, mas não terminar com direitos.

Portanto, agradeço a gentileza dos Senhores me ouvirem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Está encerrada a Hora do Expediente.

A Mesa dá conhecimento à Casa, que recebeu um telex subscrito pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor José Carlos Pinotti, que diz o seguinte: "Retificando o nosso telex de hoje, n.º 186, informo que estarei esta Casa para reunião da Comissão de Instrução Pública, no dia 5, terça-feira, às 18,00 horas. Dá-se ciência ao Presidente da Comissão respectiva."

E a Mesa solicitaria a colaboração dos Srs. Deputados, para uma reunião no Gabinete da Presidência, a fim de tratarmos da edificação do anexo junto a este Poder Legislativo. Para tanto gostaria da colaboração de todos os Srs. Deputados. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Pela ordem concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicitaria a Vossa Excelência a chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- A Mesa deferir e solicita do Sr. Primeiro Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Pela ordem.

concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO Sr. Presidente, ao que me parece existe número suficiente dos Srs. Deputados, dá o "quorum" suficiente para a continuidade dos trabalhos, pelo que eu faço um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, para que retire o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — De acordo, Sr. Presidente.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 30/79, que objetiva consolidar a legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — COM EMENDA DE PLENÁRIO. — Em votação a emenda. — **Aprovada.** — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Ubatuba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres companheiros. Apenas eu quero aqui exaltar o trabalho da CCJ que, em 12 de outubro de 78, fez voltar ao autor do projeto tal processo, porque não cumpria normas da Lei 6994.

Posteriormente, o nobre Deputado autor do projeto, Francisco Escorsin, fez voltar à CCJ com o cumprimento legal, inclusive mostrando, realmente, as condições de trabalho da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, fazendo com que ela merecesse todo o nosso aplauso e nosso respeito.

Em 7 de maio de 79, o Parecer então dá ao Plenário a condição de decidir favoravelmente à matéria.

Apenas pedi para encaminhar a votação, Sr. Presidente, para deixar bem claro de que estaremos alerta a toda e qualquer proposição que tenha referência ao menor.

Porque é muito importante que se fiscalize sempre, com todas as normas possíveis, tudo o que se faça em prol do menor. Inclusive, solicitando das creches que venham a requerer a declaração de utilidade pública, o cumprimento da lei federal que exige normas legais às creches, médicos, enfermeiras, berçários. Nós sabemos que as creches têm por determinação legal de uma lei federal, que possuir uma ficha médica para cada criança que ali for internada, tem que ter exames clínicos, radiológicos, exames de fezes, atestado de vacinas, exames esses periódicos, atendimento permanente de enfermeiras, além de uma divisão com dependências por setores determinados.

Então tudo isso, nós vamos exigir, através é claro de cumprimentos de leis, quando vier a esta Casa, qualquer matéria, principalmente, com referência ao menor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 24/79, e que o autoriza a reverter ao Município de Cascavel, mediante doação, área de terras com 6.015 m<sup>2</sup>, denominada lote 5-D, da Quadra D, do loteamento ADRIANA, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/79, de autoria do Deputado MÁRIO CELSO, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede e foro em Curitiba, como específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente.

Como autor do projeto, apenas quero exaltar o trabalho da Federação Paranaense de Futebol de Salão, brilhantemente presidida pelo jornalista Jorge Kudri.

Na verdade, o Paraná hoje, toma à frente no que se refere ao Futebol de Salão em todo o Brasil, porque inclusive, sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, a criação da Confederação Brasileira de Futebol de Salão. A Federação nossa, a Federação Paranaense, possui dezenove filiados em Curitiba, possui, no interior, trinta e quatro ligas filiadas, dezesseis Conselhos Municipais de Esportes, mais de trinta mil atletas praticantes em todo o Estado e três mil atletas só em Curitiba. Então é digna de respeito e merece realmente ser declarada de utilidade pública.

E ainda não tem sua sede própria, o que deverá acontecer provavelmente, no decorrer desta gestão, de Jorge Kudri. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/79, que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido projeto, foi apresentada emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, no seguinte teor:

"EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 63/79

Acrescente-se onde couber:

"Art. .... — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reestruturação da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná e seu Conselho Consultivo, no sentido de adequá-los à estrutura e finalidades da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, podendo modificar-lhes a denominação, composição e organização."

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: EZEQUIAS LOSSO, AIRTON CORDEIRO, AGUINALDO PEREIRA LIMA e RENATO BERNARDI JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto instituindo a SECE implica, entre outras, a possibilidade de imprimir maior flexibilidade e dinamismo às entidades que tratam da cultura e do esporte, algumas delas criadas há muito tempo e que já não atendem às necessidades dos novos tempos.

Entre estas, destaca-se a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, instituída há cerca de trinta anos, pela Lei Estadual n.º 112, de 15/10/1948, integrado na Secretaria de Estado da Educação.

Com a criação da nova SECE é necessário atualizar essa antiga legislação, concedendo ao Poder Executivo a possibilidade de introduzir as modificações necessárias à Lei n.º 112, eis

que, de qualquer forma, a estrutura ali prevista é incompatível com a Lei n.º 6636.

Além disso há novas orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que os Estados dinamizem a sua atuação para valorizar e preservar esse patrimônio.

Quanto ao Conselho Consultivo previsto na Lei n.º 112, a sua composição tornou-se ultrapassada, em face da extinção do Departamento de Cultura, e do Departamento de Geografia, Terras e Colonização; além disso, a exigência de representante da Seção de História do Museu Paranaense ficará prejudicada em qualquer alteração da estrutura organizacional do Museu que por exemplo, extinga a Seção de História ou a integre a outro órgão.

Assim sendo, será muito mais vantajoso em termos de administração que o próprio Executivo determine a composição do Conselho, à luz da legislação federal sobre o patrimônio histórico e das novas realidades que a Secretaria ora criada propõe-se equacionar.

Assim, a emenda ora proposta completa o anteprojeto, amparando uma atuação mais eficaz do Governo, numa área merecedora da maior atenção."

Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. RENATO BERNARDI - Peço a palavra, Sr. Presidente. (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tínhamos o desejo de usar a palavra quando da primeira discussão desta Mensagem Governamental, criando a Secretaria de Cultura e do Esporte. Entretanto, quando da primeira discussão, Sr. Presidente, esta Casa fazia a abordagem do aspecto constitucional, o que, efetivamente, neste caso específico, o projeto preenchia todas as condições de constitucionalidade.

Nesta segunda discussão, quando este projeto entra na discussão de seu mérito, de sua oportunidade, de sua validade, é que nós desejamos fazer algumas considerações e, de ante-mão, colocando a nossa posição frontalmente favorável à criação desta Secretaria de Estado, da Cultura e do Esporte.

Até mesmo entendendo, Srs. Deputados, que esta criação já chega tardiamente, desde que algumas reformas administrativas foram feitas neste Estado, no ano de 61, no ano de 74, por entender que dentro da obrigatoriedade, da responsabilidade que tem o Poder Público com a memória nacional, com aquilo de importante, de valioso, que as gerações passadas, a geração apresenta, acumula como patrimônio histórico, acumula como patrimônio cultura, num compromisso desta geração, em conduzir este acervo e esta riqueza para as gerações futuras. Era, efetivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma lacuna que se observava, a não existência de uma Secretaria de Cultura e Esportes.

Além do que, ela estava incorporada à Secretaria mais congestionada que toda a administração pública tem, que é a Secretaria de Educação.

Entretanto, Sr. Presidente, entre os diversos pontos, os diversos itens, nós observamos como sexto item, das Finalidades da Secretaria a ser criada, no seu artigo I, parágrafo único - a manutenção e ampliação do patrimônio cultura, inclusive a defesa do patrimônio histórico e artístico, pela preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, de monumentos e paisagens atuais notáveis e jazidas arqueológicas e aí, exatamente neste ponto, é que nós sentimos que deverá haver ou agora ou posteriormente, uma mudança de orientação na forma como o Governo do Estado está encarando a política de turismo na nossa unidade. Porque, efetivamente, a PARANATUR, que é a empresa destinada a explorar os recursos naturais do Paraná, as atrações turísticas, incorporadas, que parece à Secretaria de Indústria e Comércio, ou à ela vinculada, nem sempre tem tido a preocupação que deverá

caber a esta Secretaria de Cultura, no sentido dessa preservação. Haja visto o que tem sido feito no Parque de Vila Velha, quando a preservação do patrimônio natural, não está sendo levada na devida consideração, porque esta empresa estatal, destinada a este tipo de exploração, tem se preocupado muito mais com o enfoque econômico, com a exploração econômicas, com o carreamento de recursos, do que efetivamente com com o espírito desta Mensagem Governamental, que vem no inciso sexto, pregando exatamente a necessidade fundamental da preservação do nosso patrimônio cultural, do nosso patrimônio histórico, do nosso patrimônio de locais de valor, tanto culturais como artísticos.

É claro, Sr. Presidente, que entre as diversas finalidades da Secretaria de Cultura, ela preconiza em suma, quando procurará estimular os valores culturais, quando procurará incentivar a prática do esporte, quando procurará incentivar as atividades recreativas, ela está visando, em última instância, deverá estar visando a melhoria da qualidade de vida do Paraná.

No momento em que nós passamos por uma fase decisiva na história do Paraná, em que o eixo das expectativas do Paraná, muda totalmente de direção, os campos se esvaziam; o módulo fundiário familiar, se amplia consideravelmente numa tendência de aumentar ainda mais; no momento em que a máquina substitui e libera parcela considerável de mão-de-obra do setor primário, e que grande parcela da população paranaense se dirige para outros setores e para outras regiões do Brasil e mesmo do exterior; que grande parcela da população paranaense se dirige para as grandes regiões metropolitanas brasileiras, principalmente para a região metropolitana de São Paulo, mas nós observamos claramente no nosso Estado, o crescimento, não em desenvolvimento de espaços urbanos de porte médio e de grande porte, dando um novo tipo de preocupação ao administrador público do Paraná; mas dando um novo tipo de preocupação ao homem que se interessa pelos assuntos paranaenses. Quando esta concentração demográfica aumenta em índices acima da média nacional, nas cidades médias e nas cidades grandes do Paraná, chegamos então à conclusão da urgente necessidade de se estabelecerem agentes instrumentais de cultura, e lazer, e recreação e esportes nesses centros urbanos.

Ainda hoje de manhã, Sr. Presidente, em companhia de Vossa Excelência estávamos representando esta Assembléia na reunião que a Secretaria do Interior, através da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, fazia realizar em sua sede, visando exatamente, em última instância, a consecução de uma melhoria de qualidade de vida e analisando os grandes conjuntos habitacionais que estão sendo implantados nas cidades polos de região, no Estado do Paraná, nós vamos também observando que não existe uma preocupação mais acentuada, ou não estava existindo uma preocupação mais acentuada com atividades sumamente importantes para a atividade humana, para o desenvolvimento familiar, principalmente dentro de uma nova paisagem urbana que se cria; dentro de uma nova mentalidade social, que se vai desenvolvendo nesse Estado, alterando-se aqueles valores tradicionais que o Paraná sempre teve, a preponderância, a supremacia da influência dos valores rurais sobre a formação das nossas famílias e do nosso povo.

E hoje nós observamos, Sr. Presidente, que esta reversão de expectativas e de eixos direcionais que existem na demografia paranaense, subtraindo consideráveis porções da população paranaense de seus campos para se concentrar na cidade, nós observamos um choque violento, um choque traumatizante, que se observa no interior das famílias que, vindas dos campos, que, vindas do meio agrícola, de repente se encontram numa grande concentração urbana, onde os valores são diferentes, onde os valores são outros, onde a dosagem e o espírito de solidariedade também se manifestam de outra natureza; onde as necessidades de consumo se apresentam de

outra forma, e aí vem a preocupação desta Casa, o Deputado Mário Celso apresentando a CPI do menor, mas que talvez seja exatamente tudo isto, fruto de uma contingência social e econômica que modifica fundamentalmente a paisagem do Paraná.

E no momento em que se formam ao redor das grandes e das médias cidades, cinturões de marginalidade, cinturões de famílias que, morando em habitações sub-humanas, com condições nulas de sociabilidade, com condições mínimas de conforto, com pouquíssima oportunidade de se aproveitar aquela mão-de-obra que vem liberada do campo, sem maior perspectiva social, cultural ou sanitária para os membros dessa família, aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que vem a importância da existência de um instrumento à disposição do Executivo, para que se possa exatamente dar a essa população algo mais que possa servir ao menos de substitutivo daquela vida aberta, daquela vida franca, e daquela vida com valores outros que essa população tinha na zona sul, na sua fonte, nas suas origens.

E observamos claramente a necessidade fundamental do lazer, hoje não mais como simples entretenimento; hoje não mais como simples distração, mas como uma necessidade fundamental da criação humana, para que ela, no afogo e no sufoco diário da luta pela subsistência, da luta para enfrentar problemas que até então essa família não tinha no seu ambiente de origem, o lazer passa, então, a ser um investimento de responsabilidade do Poder Público, um investimento do Poder Municipal, do Poder Estadual, e hoje, também do poder federal.

Daí porque, a nossa preocupação, daí porque a nossa expectativa, daí porque a nossa esperança na implantação efetiva dessa Secretaria de Estado, da Cultura e do Esporte.

**O Sr. Erondy Silvério** -- Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** -- Estou acompanhando o encaminhamento de votação que Vossa Excelência faz da Mensagem do Governo, e apreciando esse encaminhamento de votação como uma verdadeira aula de sociologia, pela qual parablenzo-me com Vossa Excelência.

E é assim que entendo a Oposição, é assim que entendo os rumos que, parece, o MDB quer dar às matérias que tramitam nesta Casa, oriundas do Poder Executivo.

Nós também temos esperanças, como Vossa Excelência, por sabermos estar à frente da futura Secretaria da Cultura e Esportes, um moço idealista, um moço culto e que pensa também como Vossa Excelência.

Aí a nossa esperança de que, realmente, esse instrumento que a Casa está dando hoje, ao Governo do Estado, inclusive com o apoio honroso da Oposição, possa efetivamente preencher as suas verdadeiras finalidades.

É a confiança que temos no Deputado Luiz Roberto Soares, atual Secretário de Cultura e Esportes, pois que demonstrou, durante sua estada nesta Casa, que tem realmente, condições efetivas de pelo menos, corresponder às expectativas não só da Oposição, mas de toda a Casa e do povo paranaense.

Agradeço a Vossa Excelência as manifestações de apoio que está dando, de sua tribuna, à Mensagem Governamental.

**O SR. RENATO BERNARDI** -- Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que este é o sentido de toda a luta de nosso Partido, do MDB, quando lutamos por um novo modelo político, quando lutamos por um modelo social, quando lutamos por um novo modelo econômico, exatamente o Partido o faz, embasado nesta realidade que acabo de tentar enfocar, com pobreza, é claro, mas com o desejo de apresentar também uma proposta concreta, dentro da luta que procuramos fazer em benefício da nossa comunidade.

Quanto à figura do novo Secretário, Luiz Roberto Soares, os Deputados que já pertenceram à legislatura anterior, bem podem avaliar o que Sua Excelência poderá fazer com

esse instrumental que a Assembléia Legislativa vai proporcionar.

Mas, entendo, Srs. Deputados, que o lazer, muito mais do que um acessório que o Poder Público irá oferecer à população, hoje, é um investimento fundamental e necessário.

Daí porque dissemos, no início de nosso pronunciamento, que não entendíamos como, depois de duas reformas administrativas, a área da Cultura, do Esporte e do Turismo, continuavam inseridas na Secretaria da Educação e Cultura. Porque, entendemos o Paraná como uma região homogênea, geo-econômica com funções definidas e com destinação própria.

E nesse instante, é que não poderíamos admitir a ausência do Poder Público dessa definição de função que as diversas micro-regiões do Paraná deverão oferecer neste contexto.

Somente não concordo com as coisas óbvias que existem dentro da Mensagem, como: Conselho Estadual de Cultura, Conselho Regional de Desportos, Fundação Teatro Guaíra, passem a fazer parte da Secretaria de Cultura e Esportes, é claro.

Mas, não podemos concordar a que nosso patrimônio natural e histórico, muito mais condicionado em formação de uma política econômica e, portanto, com fins mercantilizantes e que até agora a orientação vista na Companhia Paranaense de Turismo, a PARANATUR, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio.

Nós entendemos, Srs. Deputados, de que isto aqui deverá ficar, talvez, como ponto de reflexão para um posterior estudo desta Casa, mas, nós entendemos que a área de turismo não deva ser encarada apenas e tão somente, como uma atividade econômica, como um setor da Secretaria da Indústria e Comércio, mas deveria, isto sim, ser uma das colunas mestras da Secretaria de Cultura e Esportes e também, Turismo, porque nós entendemos que o Turismo tem a sua razão de ser, deve ser encarado na forma como simbolicamente alguns economistas o chamam de "indústria sem chaminés", mas, no caso específico do Estado do Paraná, ele representa a exibição pública, ao Paraná, ao Brasil e às correntes externas de turismo, de um patrimônio natural, de um patrimônio histórico que não pode ser avaliado e não pode ser dimensionado, por alguns milhares de cruzeiros, ou por apenas uma receita eventual que se venha a obter.

Um exemplo claro disto está hoje no Parque de Vila Velha, onde a pretensão de torná-lo mais amplo, mais aberto e mais aconchegante para os turistas, está modificando uma paisagem natural de alguns milhares de anos.

**O Sr. Quielise Crisostomo** -- Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** -- Nobre Deputado, inicialmente nos congratulamos com Vossa Excelência, pelo tema esposado.

O turismo aqui no Paraná, no nosso entendimento é uma fonte de riquezas, não explorada. E quando nós dizemos uma fonte de riquezas, é uma fonte de arrecadação, também; não apenas a riqueza para o brilho dos olhos, porque seria poesia, seria somente filosofar. Ninguém vai assistir, ninguém vai fazer turismo, sem meios de acesso, sem uma atração empreendedora na beleza natural. Entendo que, a administração do turismo no Paraná, começou a se preocupar, justamente porque nós não conseguíamos mostrar a beleza natural do nosso Estado, mostrá-la, no seu estado nativo. Esses investimentos que muitas vezes são contestados, como Vossa Excelência agora tenta discordar desse tipo de transformação da beleza natural, em fonte de arrecadação, é uma necessidade, porque o turista, internacional principalmente, eis que quando falamos em turismo, é a visita de gente de fora, Vossa Excelência deve notar de que, mesmo, digamos um exemplo, em Vila Velha, ou em Foz do Iguaçu, se não houvesse e se não houver mais, investimentos do Governo para que o turista sinta de perto, consiga saciar o seu desejo de atravessando muitas vezes, continentes, venha assistir uma beleza

natural, de perto, nós vamos prender esse turista. E o vínculo com a Indústria e Comércio, é natural.

Nós devemos saber de que os recursos nacionais, os recursos estaduais previstos para esse tipo de investimento já estão dentro de uma estrutura nacional; desde que ele venha, a fonte não é muito importante.

É preciso que haja o investimento, e é preciso ainda mais, Srs. Deputados, que, nós façamos o descobrimento de outros tantos pontos turísticos do nosso Estado ainda não conhecidos.

Não sei se Vossa Excelência se lembrou das grutas de Campinhos, são belezas naturais, a cerca de 40 km de Curitiba, e não conhecidas porque são carentes de recursos, de manutenção do turismo; o turista corre o risco de passar fome, se for conhecê-las, tem que levar a paçoca, tem que levar seu farnel, sua marmita.

Lá não tem o que prender o turista. E são belezas naturais, lindíssimas; iguais às grutas de Campinhos, nós temos as grutas das margens do Ribeira abaixo, várias grutas, com centenas de metros, mergulhadas em jazidas de mineração as mais lindas que até hoje vi, desconhecidas!

Então é necessário que nós façamos um investimento para que a beleza natural seja procurada.

Essa transformação que Vossa Excelência chama de artificial, que modifica o estado natural, é uma necessidade, mas o tema de Vossa Excelência é um tema saudável, e tirando um pouco da poesia, concordo com Vossa Excelência, que alguma coisa tem que ser feita.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns a Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI -- Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que quando se fala em vinculação de uma empresa de turismo à Secretaria da Indústria e Comércio, a gente não está procurando desvincular a necessária exploração econômica, porque mesmo aqui, o projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental, diz no seu artigo 3.º: "A Fundação Teatro Guaíra, instituída pela Lei n.º 6.049, com as modificações determinadas pelo Decreto n.º 281, de 16-04-79, passa a vincular à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte."

Ora, ninguém está pretendendo que em nome do amparo à cultura, do amparo ao lazer, que a Fundação Teatro Guaíra não vise também rendimentos financeiros e uma perspectiva econômica.

Se esta Fundação Teatro Guaíra, ela deverá ter uma estrutura financeira, deverá ter uma estrutura econômica, deverá ter objetivos materiais, não tira, ao mesmo sentido, de uma empresa destinada à exploração do turismo.

Entretanto, aí é meramente uma questão de enfoque. Entendo o turismo como uma fonte quase que inesgotável de recursos financeiros.

Entretanto, na sua origem, é um patrimônio cultural, e como patrimônio cultural, deve ser amparado, deve ser subsidiado, deve ser moldado e planejado pela Secretaria da Cultura e não pela Secretaria da Indústria e Comércio, que seriam os homens mais preparados para a preservação de um sistema ecológico, sempre sobrepujando-se às necessidades de um sistema econômico, porque tantas e tantas vezes, Sr. Deputado, a preocupação com um sistema econômico de exploração, acaba sufocando as necessidades de preservação de um sistema ecológico.

Nós não queremos tirar do turismo a sua dimensão econômica. Pelo contrário. Entendemos que o turismo no Paraná poderá ser uma de suas três maiores fontes de renda e de divisas, mas o enfoque inicial, esse deverá ser feito como um patrimônio cultural, como um patrimônio natural e não apenas como uma massa de manobras para fazer dinheiro.

O Sr. Mário Celso -- Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) -- Gostaria inicialmente de cumprimentá-lo pela abordagem dentro de um equilíbrio lógico e real.

Vossa Excelência muito bem colocou a situação do menor, a estrutura educacional do menor e estrutura cultural, mas gostaria de me referir ao requerimento que dei entrada em 29-11-77, na Câmara Municipal de Curitiba e neste requerimento sugeria ao Prefeito Municipal a determinação de estudos urgentes, visando a criação do Departamento de Esportes e Turismo, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba e, na justificativa alegava o crescimento rápido da cidade, proliferação dos bairros, alguns com vida própria e também o objetivo de desenvolver o esporte amador, relacionado com a indústria do turismo, provando que já de há muito, tinha e tenho essa preocupação em defesa do esporte e do turismo.

Agora, vejo com satisfação a criação, através de projeto de lei, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte; Deus queira que, realmente, essa Secretaria venha a desempenhar o grande papel que lhe é reservado. Já fiquei bastante feliz quando da indicação do nome do Secretário para esta Pasta, porque em se tratando de uma nova Secretaria, em se tratando de uma área da mais alta importância, foi escolhido um político para desempenhar as funções de Secretário de Estado.

Na verdade, nada mais justo do que a sensibilidade política presente numa pasta que ora se inicia. Cumprimentamos, então, o Chefe do Executivo, pela feliz escolha e acreditamos, sinceramente, que esta Secretaria venha a desempenhar o seu papel porque já sentimos, através da sua estrutura humana, através dos homens que fazem o assessoramento do Secretário, que, realmente, o objetivo é o sucesso do Paraná, é o sucesso do esporte e da cultura.

Nós entendemos que o esporte amador do Paraná precisa urgentemente de uma injeção, uma injeção de incentivo que possa levar o esporte amador do Paraná, a grandes conquistas no setor nacional e internacional.

Nós estamos sentindo, inclusive, o sucesso da natação; a natação que há três ou quatro anos atrás, praticamente inexistia, em termos de competição no Paraná, hoje é uma realidade, hoje já possui grandes elementos que podem honrar e dignificar o nosso esporte amador; o mesmo acontece no setor de ciclismo, de volei, de basquete, enfim, todas as áreas de esporte amador.

Nós também, sentimos a necessidade, muito grande, de incentivo na área cultural e artística, ao valor local, à prata da casa e notamos que a Secretaria vem desenvolvendo, já antes mesmo de ser criada oficialmente, um belo trabalho nesse sentido - incentivando o nosso compositor, o nosso cantor, o nosso artista enfim, com várias programações culturais, desenvolvendo o esporte em todo Estado; tivemos, recentemente, na Lapa, um encontro de músicos profissionais do Paraná e do Brasil e lá sentíamos o entrosamento da nossa arte, com a arte de outros Estados.

É importante que isso aconteça; e é importante que isso continue cada vez em maior escala.

Nós que notamos que o Teatro Guaíra tem as suas portas abertas para todos os tipos de meios artísticos, pedimos, mais uma vez, nesta Casa, que naquele local sejam utilizados, essencialmente, à arte cultural, aquilo que sirva para o aprimoramento cultural, deixando um pouco de lado os "shows", atrações populares, no caso como um cantor como Nelson Gonçalves, Noite Ilustrada e outros tantos talentos, que poderão se utilizar de outras dependências artísticas que não aquela casa; que poderá ser reservada para grandes espetáculos do tipo que hoje nós notamos naquela casa de espetáculos, do "Ballet Morozowski", que merece daqui o nosso cumprimento, merece o nosso respeito, a nossa admiração, uma verdadeira arte está sendo desenvolvida através do Ballet Morozowski.

Então, arte desse tipo que deve ser incentivada pela Secretaria que ora estamos aprovando através de projeto de lei.

Então, só tenho a dizer que, realmente, estou feliz, extravasado aqui, um sentimento pessoal, porque acredito, confio mesmo, no sucesso, no trabalho da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Só quero, finalizando estranhar a justificativa de um parecer do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que foi relator da matéria que no final do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ele detalha - todavia, o projeto não se faz acompanhar de exposição de motivos no canteiro da Mensagem Governamental, onde o legislador atento pudesse conhecer os fundamentos e as razões de certos comandos legais.

Não apenas para fortalecer sua convicção mas, inclusive, para oferecer possíveis contribuições e ajustes.

Deixou claro, o ilustre Deputado, que o projeto deixa entrever uma lacuna apontada e que segundo ele será suprida na elaboração de decretos posteriores, decretos regulamentares, embora ele conforme aqui a carência de elementos justificativos. Ele se refere aqui ao problema do organograma da Secretaria.

Nós só estranhamos esta colocação do Deputado, vota favoravelmente a matéria, mas como ele nós também acreditamos que num futuro bem próximo esta carência de elementos vai realmente deixar de existir com o Líder do Governo nesta Casa, trazendo subsídios para qualquer tipo de pedido de informação que por ventura possa gerar esta dúvida.

Era isto, mas quero, mais uma vez, aplaudir a criação da Secretaria, bem como aplaudir o belo pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI - Agradeço a oportunidade de incorporar as considerações de Vossa Excelência a este meu pronunciamento, o que me honra sobremaneira.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) - Agradeço, Deputado Renato Bernardi, e quero dizer a Vossa Excelência que as colocações feitas neste pronunciamento são cabíveis, sem dúvida alguma demonstram a sua sensibilidade com o tipo de problema que estamos tratando presentemente. E gostaria Deputado Renato Bernardi de manifestar a Vossa Excelência o meu ponto de vista sobre a criação da Secretaria de Cultura e Esportes em nosso Estado. Principalmente entendendo também, como disse Vossa Excelência, a necessidade de se criar mecanismos que ordenem a atividade ligada à cultura e ao esporte, por julgarmos que a cultura é fundamental para a própria afirmação de um povo. E que o esporte, particularmente na conjuntura de hoje é fundamental para a formação de nossa juventude.

E adiciono à exposição já feita por Vossa Excelência, também, a necessidade de nós criarmos condições para a ocupação proveitosa, racional do tempo de nossa juventude, mediante a prática do esporte.

E não há dúvida alguma, de que se hoje a nossa juventude ela está mundialmente em conflito, se a nossa juventude hoje em alguns países do mundo chega a ser um motivo de preocupação prioritária, não pelo que ela significa para o futuro, mas pelos problemas vividos no presente, uma das formas de nós combatermos este mal é sem dúvida alguma oferecermos condições a esta juventude para que ocupe o seu tempo da forma mais sadia possível.

E não tenho dúvida, Deputado Renato Bernardi, de que através do esporte nós chegaremos a este objetivo. Daí porque entendo a criação desta nova Secretaria como fundamental para que no Paraná nós tenhamos uma política esportiva no seu sentido mais amplo, bem coordenada, bem administrada, quebrando até esta mentalidade eminentemente futebolística que tem o brasileiro. E o Paraná que tem uma população nas universidades, nas escolas secundárias das maiores, precisa e deve saber ocupar esta população encaminhando-a para a prá-

tica do esporte.

O esporte eclético, o esporte que crie no brasileiro, e no paranaense uma mentalidade olímpica, para que não mais os brasileiros possam até ficar aborrecidos com a participação nossa em jogos olímpicos, em jogos panamericanos. E sabe Vossa Excelência que estas competições de foro internacional hoje, servem também para afirmações sociais, para afirmações políticas, para afirmações ideológicas, e porque o brasileiro sempre, frustrado, acompanha a participação de sua representação nestas competições, exatamente, pela falta, pela ausência desta mentalidade que nós queremos seja implantada. E aqui reside um dos pontos mais importantes da Mensagem que ora estamos apreciando. E que redundará sem dúvida alguma na criação de uma Secretaria especializada, pronta, apta, capacitada para atender a este setor.

E disse bem Vossa Excelência, tem à sua frente esta Pasta, um companheiro nosso de Casa, porque se ausente circunstancialmente, Deputado o é, o nosso companheiro Luiz Roberto Soares.

Motivo que nos dá a maior segurança para a aprovação desta Mensagem porque sabemos da maturidade, porque sabemos das condições pessoais e do espírito progressista do Deputado Luiz Roberto Soares.

Agradeço o aparte, e cumprimento Vossa Excelência pela manifestação da tribuna desta Casa.

O SR. RENATO BERNARDI - Agradeço o enriquecimento que Vossa Excelência faz a esta com as colocações que acaba de fazer.

Sr. Presidente, não desejo cansar este Plenário, não desejo ser insistentemente cansativo. Entretanto, gostaria de fazer mais uma colocação: hoje nas grandes concentrações urbanas, o Governo Federal, através dos órgãos delegados do Estado, do município e de entidades classistas ou cooperativas, deverá acelerar um processo de ocupação de espaço urbano, e de implantação de residências de núcleos populares. Observa-se que no Paraná especificamente, nós temos a grande região metropolitana de Curitiba, cujo organismo superintendente a COMEC está hoje numa situação angustiante, tentando corrigir deficiências e falhas nossas, no decorrer da nossa história, a nossa ocupação desse espaço urbano e suburbano. Aplicando somas vultuosíssimas, somas altíssimas, para tentar corrigir, falhas de ocupação inadequada, indevida do espaço urbano.

Nós observamos em Londrina, Srs. Deputados, na administração do Prefeito José Richa, hoje Senador do Paraná, as quantias vultuosíssimas, que Sua Excelência aplicou na recuperação de fundos de vales. Daqueles mesmos vales, onde eu, como criança, usava pescar lambarís e pequenos peixes, e que tinha transformado em razão de uma ocupação indevida do espaço, em verdadeiros canais de esgotos a céu aberto.

E com esta ocupação, com estes grandes núcleos habitacionais deverá evidentemente, o Poder Público, num serviço de sincronização de planejamento, desapropriar ou obter determinada área de terra, para a implantação desses núcleos urbanos.

Mas é preciso que esses núcleos urbanos, normalmente, utilizando-se de antigas propriedades agrícolas, cuja estrutura física vai do espigão até o fundo do vale do correio, observando às vezes, declives de grande inclinação. É preciso que esses organismos habitacionais, não ocupem toda a encosta e coloquem as casas até no fundo do vale.

E que então, esses organismos de implantação se preocupem com os instrumentos e com os agentes de promoção humana, de atendimento no campo psico-social com escolas, unidades sanitárias, mas principalmente, áreas de lazer.

E nós sabemos aqui, na região metropolitana de Curitiba, como estamos vendo também em Londrina, quanto custam caro os modelos de recuperação de espaço urbano indevidamente ocupado, mal utilizado e com função diferente daquela específica que a topografia e a geografia lhe recomendam.



Daí porque é fundamental que esta Secretaria de Cultura possa, através de seus técnicos, intervir com muita franqueza e muita coragem, e disto o Deputado Luiz Roberto Soares é capaz, e para isto tem capacidade. Quando nesta ocupação, a meia encosta seja preservada, e nela sejam implantados os instrumentos de lazer, de recreação e, acima de tudo, os instrumentos de conagração e de socialização daquelas populações que vindas das partes mais diversas do Estado, ou mesmo do Brasil, se encontram, necessariamente, em razão de uma nova contingência de implantação de uma política habitacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria ainda de fazer mais algumas colocações, entretanto sinto que não devo insistir por mais tempo.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados, voto favorável e espero que esta expectativa que hoje se apresenta com a Secretaria de Cultura e Esporte do Estado, possa se transformar numa promissora realidade.

E, para isto, estarão os Srs. Deputados, como representantes do povo, hoje, a dar um instrumental ao Governo, hoje, a dar um instrumental ao Poder Executivo, amanhã, cobrando a sua efetiva execução.

Muito obrigado.-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Continua em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ - Para discutir. (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Renato Bernardi e os Deputados que o apartearam, colocaram muito bem a necessidade desta nova Secretaria. Aliás, não é novidade, já que na legislatura passada alguns Deputados tentaram a criação desta Secretaria que ora estamos a discutir.

Mas, como fui vencido na Comissão de Constituição e Justiça, venho à tribuna não para pronunciar um voto contrário à criação desta Secretaria, mas para reiterar o que dissemos naquela Comissão.

Realmente, Srs. Deputados, há que se dar um basta à maneira indelicada como se está tratando o Poder Legislativo deste Estado.

Srs. Deputados, uma mensagem mal feita, mal acabada e que levou o próprio relator, e os Senhores têm o relatório em mãos, Deputado Luiz Alberto Oliveira, praticamente, a se indefinir no seu parecer. Lerei o que diz o relator, Deputado Luiz Alberto Oliveria:

Todavia, o projeto não se faz acompanhar de exposição de motivos no contexto da Mensagem Governamental, onde o legislador atento, pudesse conhecer os fundamentos e as razões de certos comandos legais, não apenas para fortalecer sua convicção, mas, inclusive, para oferecer possíveis contribuições e ajustes. É o caso, particular, do organograma da futura Secretaria, que teria o condão de expressar, graficamente, a disposição dos diversos setores e oferecer uma idéia concreta daquilo que se está criando.

Srs. Deputados, nós temos...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) - Nobre Deputado Deni Schwartz, nós devemos, nós da bancada governista na Casa, reconhecer que, efetivamente, houve um lapso, quando do envio da Mensagem que não fez acompanhar ofício enviado pelo Sr. Secretário de Cultura, o Governador do Estado, pedindo a criação da Secretaria, anexando organograma administrativo.

Mas isto, nem de longe, nobre Deputado Deni Schwartz, quer dizer que haja desconsideração do Poder Executivo para com este Poder.

O que houve foi um lapso tão comum hoje, em todos os setores da atividade humana.

Mas tão logo o Governo do Estado se apercebeu desse

engano, desse equívoco, apressou-se em remeter para esta Casa, o ofício que hoje é parte anexa da Mensagem.

Portanto, só queria dar esta explicação a Vossa Excelência de que não houve, absolutamente, desconsideração do Governo do Estado para com o Poder Legislativo.

Agradeço a Vossa Excelência pela oportunidade que me deu de prestar estes esclarecimentos à Casa.

O SR. DENI SCHWARTZ - Agradeço a Vossa Excelência.

Já que tenho em mãos o processo, com a cópia referida, pelo ilustre Líder da ARENA, mas, como, repito, fui voto vencido na Comissão de Constituição e Justiça, ocasião em que passamos um verdadeiro vexame, diga-se de passagem, porque lá ficamos uma hora e meia a aguardar que a ARENA fizesse maioria e ainda tive a oportunidade e aí está o Presidente daquela comissão, de me manifestar dizendo que tinha toda a convicção de votar a favor. Mas que da maneira como estava exposto naquele momento, com o Sr. Presidente daquela Comissão, apresentando uma emenda vinda do próprio Sr. Secretário, não deixei de lamentar lá na reunião da Comissão, como não deixo de lamentar agora. Porque não veio de um leigo, veio de exatamente um dos Deputados mais brilhantes desta Casa, o Deputado Luiz Roberto Soares, indiscutivelmente uma das maiores inteligências, uma das maiores culturas desse Estado; e é um opositorista que o está reconhecendo.

Por isso, me parece, Srs. Deputados, que há poucos dias quando discutíamos a Mensagem sobre os empréstimos que o Governo pretende fazer, já vínhamos à tribuna lamentar, a falta de maiores dados para podermos julgar com honestidade de propósitos, que acredito, todos aqui estão possuídos.

Agora, vamos aprovar uma Secretaria, mas para que amanhã ou depois, não sejamos nós, esta Casa, acusada de inclusive não estudar os processos, é que nós estamos aqui para protestar.

Já chega o que a Assembléia Legislativa do Paraná tem sido acusada, e justamente ou injustamente, porque não era Deputado na época, pela célebre Lei 6636, de 29 de novembro de 1974, que fez a reforma administrativa deste Estado, e que passou sem ser analisada nesta Casa, por decorrência de prazo.

Agora, e aí é outra vez que lastimo a atuação, inclusive interna da Casa, feita por um dos melhores Deputados desta Casa, o Deputado João Mansur, quando requereu urgência; parece que nós deveríamos até estabelecer um "modus Vivendi" para que matérias desta importância, não passassem nesta Casa, com regime de urgência, para evitar que não pudéssemos analisá-las; parece até que temos vergonha, como o fez o nobre Deputado Renato Bernardi, de esmiuçar, o que realmente e há necessidade de termos uma Secretaria de tal porte. O regime de urgência impediu que a Comissão de Constituição e Justiça, que pudéssemos pedir vistas e com isto, pudéssemos até incorporar, não aqui em plenário, mas incorporar uma falha admitida pelo próprio Secretário de Cultura e Esporte.

A justificativa de que a urgência era necessária, pois que no próximo dia 30 haverá de estar estruturada esta Secretaria, em função de um novo Orçamento, a mim não é válida; já que a Mensagem data de 16 de maio, portanto, dois meses após o novo Governo haver se instalado, uma das razões que sempre se alegou, para que os governos fossem nomeados com um ano de antecedência, era para que preparasse o Plano de Governo; mas chega-se à conclusão que no dia 15 de março não havia ainda um plano, mas já havia um Secretário.

Por isso, Srs. Deputados, apenas como um alerta, como um protesto, de quem vive o dia a dia da Assembléia, como todos os Srs. Deputados vivem, nós precisamos que estas mensagens, sejam mais bem instrumentadas, para, como disse o Deputado Luiz Alberto, possamos também oferecer a nossa contribuição; nós que, indiscutivelmente, somos hoje, em todos os Estados do País, os únicos homens que bebem na fonte popular, através do voto, aquilo que realmente a população precisa,

senão ficaremos aqui a aprovar, aprovar, aprovar, as iniciativas que têm méritos é verdade, mas que já demonstraram, e o próprio Líder da ARENA o disse, que podem vir com lacunas.

Outra consideração, Srs. Deputados, é que se tornou da sistemática brasileira, não só paranaense, delegarmos poderes.

Esta lei não diz nada, como toda lei deve ser ampla, não pode entrar em especificações. Não sei como, mas acredito que devêssemos pensar de uma maneira, para que o Legislativo pudesse também por a mão nos regulamentos que são feitos posteriormente às leis, porque são nos regulamentos que nós vemos as maiores falhas, e o regulamento fica por conta, apenas, do Executivo. Não é contra o atual Executivo, é contra o sistema que está vigindo no Brasil, onde o Executivo tudo pode, e nós apenas vemos as coisas sem poder protestar.

Quando certa vez reclamávamos disso, com relação à EMOPAR, não fomos compreendidos; e, hoje, na presença do Sr. Presidente da Assembléia e outros Deputados, nós ainda ouvimos de um dos minentes diretores da EMOPAR a afirmação de que o Tribunal de Justiça simples e puramente desconsiderou a EMOPAR, e criou o seu Departamento de Engenharia, e, simples e puramente não usa os serviços da EMOPAR.

Amanhã ou depois serão outros órgãos que irão pura e simplesmente desconhecer a EMOPAR, e teremos aí mais um órgão completamente fantasma, apenas a mobilizar o organograma do Estado.

Feitas estas considerações como justificativa, o meu voto contrário, contrário porque o próprio relator não se diz em condições de julgar o projeto que está no relatório.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — Não quero interromper o raciocínio que Vossa Excelência está demonstrando com relação à matéria. Mas, tenho a impressão que, se Vossa Excelência vai votar contrariamente à matéria, talvez seja por outra convicção, mas jamais pelo voto exarado pelo relator da matéria.

O relator da matéria exarou o seu parecer em vista da ausência do ofício discriminativo do Sr. Secretário da Cultura e Esportes.

Mas, esta lacuna foi suprida, inclusive por solicitação da Liderança do MDB nesta Casa, nobre Deputado Nilso Sugarezi.

Não há razão, nobre Deputado, porque o ofício, além da justificativa da criação da Secretaria, ainda dá detalhadamente todo o organograma administrativo. Enfim, desce a minúcias, com relação às elevadas finalidades dessa Secretaria.

Vossa Excelência apenas por um detalhe meramente técnico, não vai deixar de emprestar o seu voto, que é muito importante, o voto do nobre Deputado, um homem culto, um dos grandes batalhadores deste Poder Legislativo, é muito importante o voto de Vossa Excelência nesta matéria, porque é um voto consciente, é um voto que não pode ser negado apenas por circunstâncias técnicas de um parecer embasado numa premissa que não existe mais hoje; de uma lacuna que foi suprida, embora tardiamente, sem nenhuma desconsideração para com este Poder.

Portanto, estou acompanhando o raciocínio de Vossa Excelência, a lei realmente que modificou a estrutura administrativa do Estado, de 1974 foi uma abarração, e se Vossa Excelência compulsar os Anais da Casa, verá que fiz um apelo ao Governador da época, para que recolhesse a Mensagem, visto que a Casa não tinha tido tempo hábil para analisá-la detalhadamente, como bem merecia a importância da matéria. No entanto, ela foi aprovada por decurso de prazo, sem que esta Casa pudesse efetivamente analisá-la.

Vossa Excelência tem razão. Mas, agora faço um apelo a Vossa Excelência, para que Vossa Excelência mude o voto, mude o seu pensamento com relação à matéria, que é importantíssima para a vida do Estado, como bem reconheceu o

nobre Deputado Renato Bernardi, que nos deu uma verdadeira aula, hoje, aqui nesta Casa, foi uma discussão de matéria que encantou toda a Casa.

Faço este apelo a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — O apelo que Vossa Excelência faz é recebido e aceito, porque, já no início de meu pronunciamento disse que vim a esta tribuna exatamente para lavar o meu protesto, e, repito e esclareço, pelas condições de cultura do atual Secretário que sei, poderá corrigir as lacunas, e pela necessidade, pelo mérito da criação desta Secretaria, o meu voto seria - e agora mais ainda - será favorável.

Mas, não poderia deixar de lavar o meu protesto, como o fiz na Comissão de Constituição e Justiça, quando até solicitei aos ilustres Membros da bancada situacionista, naquela oportunidade, que pudéssemos chegar a um "modus vivendi", digamos assim para que não precisássemos ser contra, ou a favor do projeto.

Queremos colaborar, mas queremos ter conhecimento da vida do Estado. E, infelizmente, a urgência desse projeto não está nos permitindo.

Lembro aqui a Lei dos Partidos Políticos da Alemanha, um País reconhecidamente muito organizado e com um povo prático, levou, nada menos, nada mais, do que doze anos para ser regulamentada, com discussões inúmeras.

E nós, em assuntos importantes, como o dessa natureza, temos um prazo limitado.

É esse o meu apelo, é esse o meu protesto.

—(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão. Em votação.— **Aprovado o projeto, artigo por artigo, ressalvada a emenda.**

Em votação a emenda subscrita pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada.— **Aprovada.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 33/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios de Mariópolis, Cambará, Terra Roxa e Ortigueira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 01/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ATALAIA e PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE —, de Engenheiro Beltrão, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 43/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE —, de Engenheiro Beltrão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1979.

(a) AUGUSTOCARNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial e filantrópico, sem intuito lucrativo e com duração determinada. Tem como fins:

- a) Promover o bem estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem.
- b) Estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais, sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que se espera a acolhida dos nobres Pares, por ser de justiça.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 43/79

##### PARECER

De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, o presente Projeto de Lei n.º 43/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE — com sede na Cidade de Engenheiro Beltrão.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979

(a) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/79, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA — APP —, com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 53/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA — APP", com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1979

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA — APP —, foi fundada para promover a mais ampla aproximação por todos os meios entre pais e responsáveis e mestres, cooperando assim na integração social dos educandos e na vinculação entre a escola, família e comunidade, visando o bem estar integral do aluno e a formação do educando a fim de ele ser um ajustado útil e produtivo na sociedade humana.

Neste objetivo a entidade em foco vem funcionando há mais de um ano, podendo ser comprovado pela documentação oferecida, os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, para ser declarada de utilidade pública.

Submeto, por isso à consideração da Casa o presente projeto de lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 53/79

##### PARECER

O plano de lei em tela visa declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA" — APP, de Marechal Cândido Rondon.

Analisando os aspectos legais e jurídicos, somos de Parecer que, S.M.J., a proposição poderá ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/79, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, Motoniveladora de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

#### PROJETO DE LEI N.º 62/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, motoniveladora marca Caterpillar, modelo 12 S - ordem 171, ano de fabricação 1964, de propriedade do Estado, que se encontra no 14.º Distrito do DER, sediado em Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1979.

(a) WILSON FORTES.

#### JUSTIFICATIVA:

A máquina que se pretende seja doada ao Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, está sendo considerada inservível para os serviços prestados pelo DER, junto ao 14.º Distrito sediado em Paranavaí.

Entretanto, a mesma servirá e atenderá as necessidades da Prefeitura Municipal de SANTA IZABEL DO IVAÍ, que vem encontrando sérias dificuldades na conservação de suas estradas e demais serviços, o que virá contribuir de maneira das mais frutíferas para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 62/79

##### PARECER

O projeto de lei em pauta visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, motoniveladora de propriedade do Estado.

Tratando-se de mera autorização legislativa, embora a iniciativa da doação caiba ao Poder Executivo, o presente plano de lei não fere qualquer dispositivo constitucional ou legal, motivo pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;  
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

Em discussão. —

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir) — Sr. Presidente, na Ordem do Dia que tenho em mãos, o presente projeto de lei dá como Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade.

Quero esclarecer que está também anexo à Ordem do Dia que este Deputado votou contra, porque é totalmente inconstitucional este projeto, pelo Artigo 21 da Constituição, inciso 8.º, parágrafo "e":

"A concessão, alienação ou o arrendamento de bens imóveis, compete à Assembléia".

A concessão, a alienação ou o arrendamento de bens imóveis. Motoniveladora não é bem imóvel, portanto é inconstitucional e inclusive, se abrir este precedente nós teremos Ordens do Dia com milhares de projetos, porque os Deputados resolverão doar às prefeituras ou enfim a outros órgãos, tudo que o Estado tem, nada impedirá que, amanhã, um Deputado resolva doar o Palácio Iguaçu - o Palácio Iguaçu seria imóvel - mas, doar o automóvel que serve ao Sr. Governador, à prefeitura de algum município.

Portanto, além de inconstitucional, é inconveniente e quero que se registre o meu voto contrário.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- A Mesa informa ao nobre Deputado, que por lapso, na elaboração da Ordem do Dia, saiu como por unanimidade, mas é, por maioria, onde consta, no referido Parecer da Comissão de Justiça, o voto contrário do nobre Deputado, como voto vencido.

Em votação.-- **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 12/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 75/78, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PAULO FRONTIN, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.-- **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 39/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá novas atribuições ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, além das constantes no Decreto Legislativo n.º 573, de 29/11/67. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.--

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º -- Ao Diretor Geral, além das atribuições constantes do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, compete decidir sobre:

- I - pedidos de contagem de tempo de serviço;
- II - pedidos de concessão de vantagens decorrentes de adicionais por tempo de serviço;
- III - pedidos de retificação de nome.

Art. 2.º -- As decisões a que se refere o artigo anterior serão tomadas no prazo máximo de dez (10) dias, contados da data do recebimento do processo.

Art. 3.º -- Na hipótese de decisão em sentido contrário, no todo ou em parte, ao do parecer instrutório competente, o Diretor Geral encaminhará o processo acompanhado das respectivas razões, à consideração da Comissão Executiva.

Art. 4.º -- Das decisões contrárias, no todo ou em parte, ao requerido, caberá pedido de reconsideração, pelo interessado à Comissão Executiva, no prazo de cinco (05) dias, contado da ciência do despacho.

Art. 5.º -- As decisões sobre a matéria descrita no artigo 1.º, são formalizadas através de Portaria, numeradas e devidamente publicadas no Diário da Assembléia, para produzir os devidos efeitos legais.

Art. 6.º -- Esta resolução entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1979

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ -- Presidente

BASÍLIO ZANUSSO -- 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA -- 2.º Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/79

#### P A R E C E R

O projeto de resolução em tela, de autoria da douta Comissão Executiva, visa dar novas atribuições ao Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, além das constantes do Decreto Legislativo n.º 573, de 20/11/67.

A medida proposta é conveniente sob o aspecto administrativo e não encontra, óbice legal à sua tramitação normal e aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente;

EZEQUIAS LOSSO -- Relator.

Em votação.--

O SR. MÁRIO CELSO -- Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para encaminhamento da votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO -- Sr. Presidente, apenas gostaria de registrar que voto favoravelmente, porque hoje é a 1a. Discussão, então apenas vamos analisar o aspecto constitucional e legal, mas, na sessão de amanhã, provavelmente, dependendo, é claro, de uma conversa que pretendo manter com os Líderes das duas bancadas, talvez eu apresente uma emenda do projeto de resolução, solicitando uma alteração na redação do Artigo 4.º.

Entendo que esse Artigo 4.º, ele poderá gerar dúvidas, futuramente. Falo, "das decisões contrárias, no todo ou em parte, ao requerido caberá pedido de reconsideração, pelo interessado, à Comissão Executiva, no prazo de cinco (5) dias contados da ciência do despacho."

Então eu vou solicitar, através de uma emenda, que sejam contados cinco (5) dias, da publicação do despacho no Diário da Assembléia, ou, ainda, contados, da ciência do despacho, ao interessado - no caso o requerente.

Então eu vou analisar com os Líderes das bancadas, para saber então, da validade ou não da apresentação desta emenda. Mas deixo registrado aqui apenas esta minha dúvida quanto à colocação do artigo 4.º. No mais, acredito que, realmente, a alteração que se faz é necessária, para dar forças ao Poder, através de sua Diretoria.

Muito obrigado.-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Em votação.-- **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA -- da Proposição n.º 52/79, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 166/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar à Ordem dos Pregadores Província (DOMINICANA UTRIUSQUE LOMBARDI), áreas de terreno situadas no Bairro Tarumã, nesta Capital. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO -- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO -- Só para deixar registrado que eu fiz, com mais dois companheiros de Casa, Deputados Darcy Deitos e Adalberto Daros, visita a essas instituições, inclusive visitando esse terreno no bairro do Tarumã aonde está localizada a área que nesse momento é vetada, através de Veto do Chefe do Executivo. Na verdade, o Governador do Estado

do Paraná, ele atende inclusive a parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que declara que: "Devem doações de imóveis, necessariamente, atender aos interesses comunitários, em especial, do setor assistencial".

E tal não é o caso dessa doação.

Realmente, na verdade, essas instituições não são de caráter assistencial. Assim sendo, nós estranhamos apenas o fato de uma doação em dinheiro que será feita, ou pelo menos se pretende realizar, através de um processo que futuramente estaremos analisando nesta Casa.

Quanto ao veto estou de acordo, voto com o processo, a favor do veto, mas, futuramente, analisaremos com maiores detalhes, a doação de uma verba, de um dinheiro a essas instituições, porque não entendemos que se possa fazer uma troca de favores: pegar o terreno em troca de uma doação. E o que nós estamos notando, através da tramitação desses processos é realmente que no futuro possa vir a ocorrer um caso dessa natureza.

Por enquanto, ficamos com o veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei n.º 166/78, permaneçam como estão.

**Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General José Maria de Andrade Serpa, Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ocorrido em Brasília. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General José Maria de Andrada Serpa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, no sentido de que seja instalado um Escritório do referido Instituto, no Município de Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria Geral do Ministério da Agricultura do Paraná, consubstanciado em apelo, visando manter fiscalização especial, junto a abatedouros de nosso Estado. — Em discussão. — Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que o requerimento do Deputado Ezequias Losso, deveria ter uma abrangência muito maior do que ele está tendo hoje e deveria fazer uma abordagem muito mais ampla do problema, porque ele pede que seja encaminhado expediente ao Diretor Geral do Ministério da Agricultura do Paraná, dirigindo veemente apelo. (Lê o requerimento).

Justifica esse seu pedido fundamentando-o em informações obtidas por lideranças rurais, dentre os quais, Vereadores de Altônia.

Ocorre que esta Casa, Sr. Presidente, já recebeu expediente da mesma ordem de Vereadores de Altônia, Vereadores de Umuarama, Vereadores de Maringá, como o caso do Líder da bancada do MDB. Mas o problema tem uma abrangência muito maior.

Hoje, nós vamos aprovar, é claro, este requerimento mas, deverá ser objeto de estudo da Comissão Técnica de Agricultura desta Casa, porque o que aqui vem denunciado está

se tornando uma prática usual, no Paraná, nos últimos três anos, a descapitalização do pecuarista paranaense e brasileiro; a falta de financiamento para a retenção de cabeças nas invernadas está fazendo com que matrizes sejam sacrificadas, não apenas, como diz o Deputado Ezequias Losso, baseando-se em informações de lideranças rurais, em abatedouros situados nessas regiões, mas mesmo em frigoríficos registrados junto à COBAL, ao Ministério da Agricultura, o que está ocorrendo, hoje, no Brasil, Sr. Presidente, é um caso de extinção gradativa do rebanho pecuário bovino brasileiro porque nós temos observado que em alguns frigoríficos do norte do Estado, apesar das determinações em contrário do Ministério da Agricultura, apesar das especificações do Ministério da Fazenda, apesar de tudo isto, novilhas e matrizes são sacrificadas em taxas que ultrapassam, conforme a semana, até os sessenta por cento.

Isto prova, evidentemente, uma descapitalização em que está mergulhado o pecuarista paranaense.

Ao lado do famoso saco agrícola do Ministro Delfin Neto, é preciso que haja também, algumas soluções de emergência para a situação que aí está porque a rigor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, não se tem, efetivamente, conhecimento e está aí o Deputado Pinto Dias de uma região eminentemente de pecuária, hoje nós não temos condição mais, com os dados que o Ministério da Agricultura oferece, de fazer um efetivo recenseamento do rebanho bovino paranaense, do rebanho bovino brasileiro.

E um País com as dimensões continentais como o Brasil, que poderia abastecer as necessidades de proteína vegetal e de proteína animal de todo mundo, hoje se verá na contingência obrigatória, com essa entresafra que está aí sacrificada por neve, sacrificada por geada, e sacrificada por uma estiagem prolongada, nós nos veremos na contingência de ter que importar carne congelada do Uruguai, da Argentina, da Austrália e do Canadá, num verdadeiro absurdo que este País tropical que apresenta a sua face às radiações solares durante doze meses, por ano, será obrigado a importar leite em pó, será obrigado a importar carne congelada, de países com clima temperado que sofrem a agrura de um inverno prolongado e têm apenas oito meses, por ano, a sua face oferecida à radiação solar.

Aí é que nós pretendemos que a política do Presidente Figueiredo, que se diz voltada para os interesses da agricultura, para os interesses da pecuária, se concretize, efetivamente, em medidas práticas e a principal medida, nesta entresafra, que já está sendo marcada por uma estiagem de longa data, que está sendo por neve, que está sendo marcada por geada, está sendo marcada pela perspectiva de um inverno rigoroso e prolongado é preciso, então, que o Governo Federal que encontrou dinheiro para aplicar em financeiras falidas para garantir o mercado financeiro brasileiro, aplicando nela cerca de vinte trilhões de cruzeiros, ele encontre, também, recursos para financiar o nosso pecuarista para que ele possa reter as suas matrizes, possa reter o seu rebanho nas suas invernadas, possa fazer um processo de ração e ensilagem, e possa garantir, acima de tudo, a sustentação de necessidades de proteína animal brasileira.

Acho, Sr. Presidente, voto a favor, a nossa bancada vota a favor do requerimento do Deputado Ezequias Losso, entendendo entretanto, que é muito pequena a abrangência desse requerimento.

E a Comissão Técnica desta Casa, e a Comissão de Agricultura desta Casa deverá se pronunciar sobre este assunto, fazendo uma abordagem muito mais ampla que hoje efetivamente o Paraná atravessa uma crise violenta no setor e que será muito maior até o mês de setembro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a ampliação da Escola Dr. Lineu Madureira Navaes "localizada na Cidade de Castro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar, encarecendo providências face ao comportamento irregular de soldados da PM lotados no Corpo de Bombeiros de Apucarana.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhoramentos e revestimento primário na BR/163, trecho Medianeira-Capanema.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de evitar as infiltrações políticas nos estabelecimentos de ensino do Estado.— **Aprovado.**

O SR. RENATO BERNARDI — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado e fará a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Fiori Luiz, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

8 Srs. Deputados o aprovam;

1 Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 114/78 e 14/79, e de Resolução n.ºs: 32 e 41/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 43, 53 e 62/79 e de Resolução n.ºs: 12 e 39/79.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/79.

Levanta-se a sessão.